

Diário do Legislativo de 09/03/1999

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Anderson Adata - PMDB

1º-Vice-Presidente: José Braga - PDT

2º-Vice-Presidente: Durval Ângelo - PT

1º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

2º-Secretário: Gil Pereira - PPB

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Reunião de Debates

1.2 - Reunião de Comissão

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Comissões

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 - ERRATAS

ATAS

ATA DA REUNIÃO DE DEBATES, EM 5/3/99

Presidência do Deputado Gil Pereira

Sumário: Comparecimento - Falta de "quorum".

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Durval Ângelo - Gil Pereira - Agostinho Silveira - Ailton Vilela - Antônio Andrade - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Eduardo Daladier - Elaine Matozinhos - Fábio Avelar - George Hilton - João Leite - Luiz Menezes - Márcio Cunha - Marco Régis - Mauro Lobo - Paulo Pettersen - Rêmolo Aloise.

Falta de "Quorum"

O Sr. Presidente (Deputado Gil Pereira) - Às 9h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de "quorum", e convoca os Deputados para a reunião de debates de segunda-feira, dia 8, às 20 horas.

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Às dez horas e quinze minutos do dia dois de março de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Márcio Cunha, Eduardo Hermeto, Mauro Lobo, Miguel Martini, Rogério Correia e Rêmolo Aloise, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Márcio Cunha, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Mauro Lobo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. A seguir, informa que a reunião se destina a discussão e votação de proposições da Comissão. O Presidente comunica o recebimento dos seguintes ofícios: do Sr. João Bosco Murta Lages, Presidente do Tribunal de Contas do Estado (3); do Sr. Paulo Rogério dos Santos, Presidente da Câmara Municipal de Juiz de Fora; do Sr. Homero Ferreira Diniz, Superintendente de Negócios da Caixa Econômica Federal (2); do Sr. João Heraldo de Lima, ex-Secretário da Fazenda (2); do Sr. Antônio Luiz Musa de Noronha, Diretor Superintendente de Orçamento da Secretaria do Planejamento. A seguir, o Presidente comunica o recebimento do Requerimento nº 7/99, do Deputado Carlos Pimenta e designa relator da matéria o Deputado Eduardo Hermeto. O Presidente designa o Deputado Rêmolo Aloise para acompanhar as análises prévias das prestações de contas dos processos de subvenção social. Prosseguindo, o Presidente apresenta proposta de temas a serem discutidos nesta Comissão. Segue-se amplo debate, do qual participam todos os Deputados presentes. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Márcio Cunha, Presidente - Rogério Correia - Mauro Lobo - Rêmoló Aloise - Adelmo Carneiro Leão.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia DA 8ª reunião ordinária, EM 9/3/99

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

Interrupção da reunião para a comemoração do Dia Internacional da Mulher, atendendo a requerimento deferido em Plenário.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 23/99, do Deputado Paulo Piau, que altera dispositivo da Lei nº 13.194, de 29/1/99. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Meio Ambiente opina por sua aprovação

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 2ª reunião ordinária da comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, a realizar-se às 10 horas do dia 9/3/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 10/3/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir assuntos de interesse da Comissão.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 1ª reunião ordinária da comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, a realizar-se às 9h30min do dia 10/3/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 25/99, do Deputado José Henrique.

Realização de exposição sobre os planos da Secretaria de Ciência e Tecnologia para o ano de 1999.

Convidada: Sra. Margareth Spangler Andrade, Secretária de Ciência e Tecnologia.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 2ª reunião ordinária da comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, a realizar-se às 10 horas do dia 10/3/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 14/99, da Deputada Maria José Hauelsen.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 29/99, do Deputado Márcio Kangussu.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 10/3/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir o Sr. Ronaldo Guimarães Gouvêa, Coordenador Geral do Núcleo de Trânsito da Escola de Engenharia da UFMG, NUCLETRANS, que discorrerá sobre os problemas no trânsito e nos transportes na RMBH.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA CEMIG, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 10/3/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir o Sr. Djalma Bastos de Moraes, Presidente da CEMIG.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 10/3/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 23/99, do Deputado Paulo Piau.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 2ª reunião ordinária da comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social, a realizar-se às 15h30min do dia 10/3/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 1ª reunião ordinária da comissão de Redação, a realizar-se às 9h30min do dia 11/3/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições em fase de redação final.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Glycon Terra Pinto, Marcelo Gonçalves, Maria Tereza Lara e Washington Rodrigues, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 10/3/99, às 9h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se eleger o Vice-Presidente.

Sala das Comissões, 8 de março de 1999.

João Leite, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Dimas Rodrigues, Luiz Fernando, Márcio Kangussu e Paulo Piau, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 10/3/99, às 9h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se eleger o Vice-Presidente.

Sala das Comissões, 8 de março de 1999.

João Batista de Oliveira, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão de Administração Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Jorge Eduardo de Oliveira, Agostinho Patrús, Antônio Genaro, Arlen Santiago, Chico Rafael e Sebastião Navarro Vieira, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 10/3/99, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se empossar o Presidente e de se fixarem dia e horário das reuniões ordinárias da Comissão.

Sala das Comissões, 8 de março de 1999.

José Alves Viana, Vice-Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Jorge Eduardo de Oliveira, Agostinho Patrús, Antônio Genaro, Arlen Santiago, Chico Rafael e Sebastião Navarro Vieira, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 10/3/99, às 10h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar a matéria constante na pauta e de se discutirem assuntos de interesse da Comissão.

Sala das Comissões, 8 de março de 1999.

José Alves Viana, Vice-Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Dimas Rodrigues, Luiz Fernando, Márcio Kangussu e Paulo Piau, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 10/3/99, às 14 horas, no Teatro da Assembléia, com a finalidade de se discutir a criação da Área Livre de Febre Aftosa em Minas Gerais com representantes das seguintes entidades: IMA, Secretarias de Agricultura e da Fazenda, Associação Brasileira dos Criadores de Gado Zebu - ABCZ -, FIEMG, FAEMG, OCEMG, AFRIG, Secretaria de Defesa Agropecuária, de Brasília, Delegacia Federal de Agricultura de Minas Gerais e SILEMG.

Sala das Comissões, 8 de março de 1999.

João Batista de Oliveira, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Parlamentar de Inquérito da Carteira de Habilitação

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Alberto Bejani, Christiano Canêdo, Ivo José, José Alves Viana, João Leite e Márcio Cunha, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 10/3/99, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente, de se designar o relator e de se fixar o dia e o horário das reuniões ordinárias.

Sala das Comissões, 8 de março de 1999.

Elmo Braz, Presidente "ad hoc".

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Adelino de Carvalho, Antônio Roberto, Fábio Avelar e Maria José Haueisen, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 10/3/99, às 14h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se eleger o Vice-Presidente.

Sala das Comissões, 8 de março de 1999.

Newton de Moraes, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação dos Titulares das Seguintes Entidades: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais - IPSEMG - e Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais - IPSM

Nos termos regimentais, convoco os Deputados César de Mesquita, Alberto Bejani, Agostinho Patrús e José Alves Viana, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 10/3/99, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se proceder à arguição pública dos Srs. João Diniz Pinto Júnior e Mamede Campanha de Souza, indicados, respectivamente, para Presidente do IPSEMG e Diretor-Geral do Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais - IPSM -, e de se apreciar o parecer do relator.

Sala das Comissões, 8 de março de 1999.

João Paulo, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre os Vetos Totais às Proposições de Lei nºs 13.979, 13.987, 13.988, 13.992, 13.994, 14.004, 14.006, 14.008, 14.023 e 14.029

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Bené Guedes, Amilcar Martins, Dalmo Ribeiro Silva e Paulo Piau, membros da supracitada Comissão, para a reunião extraordinária a ser realizada em 11/3/99, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciarem os pareceres sobre os vetos citados.

Sala das Comissões, 8 de março de 1999.

José Henrique, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Pareceres sobre os Vetos Totais às Proposições de Lei Nºs 13.891, 13.980, 14.000 e 14.060/99

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Bené Guedes, Carlos Pimenta, Christiano Canêdo e Dimas Rodrigues, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 11/3/99, às 9h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciarem os pareceres dos relatores.

Sala das Comissões, 8 de março de 1999.

Maria José Haueisen, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre os Vetos Totais às Proposições de Lei nºs 13.930, 13.999, 14.027 e 14.068 e à Proposição de Lei Complementar nº 54

Nos termos regimentais, convoco os Deputados João Paulo, Eduardo Daladier, Jorge Eduardo de Oliveira e Sebastião Costa, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 11/3/99, às 9h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciarem os pareceres sobre os vetos supracitados.

Sala das Comissões, 8 de março de 1999.

Antônio Carlos Andrada, Presidente.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 25/2/99

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, Deputado José Braga, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, senhoras e senhores que nos visitam, imprensa, caros colegas, a disputa por espaço político em favor de determinada região só tem razão de ser quando se conseguem resultados que tragam benefícios reais e proporcionem o crescimento e o desenvolvimento de sua gente.

O trabalho empreendido para conseguir esses resultados positivos pode ser mais ou menos difícil se existe a determinação das lideranças políticas, bem como a vocação da região para o progresso.

Minas Gerais é o exemplo maior das inúmeras diferenças sócio-econômicas que existem em seus quatro cantos: uma de suas faces representa a segunda maior economia do País, um Estado emergente para receber investimentos importantes, atrativo para quem tem capital e quer investi-lo com a certeza de um retorno certo e de lucro seguro. Foram anos e mais anos de planejamento, conquistas que resultaram no aprimoramento de nossa tecnologia, no preparo de nossa infra-estrutura básica, tornando os distritos industriais mineiros aptos para receberem as grandes indústrias. Muito se investiu no aperfeiçoamento da mão-de-obra especializada com a abertura de cursos profissionalizantes, aprimorando as escolas públicas e capacitando os nossos professores. Tudo isso resultou nesta Minas que dá orgulho, encanta e seduz os que nos visitam.

A outra face do Estado, caros colegas Deputados, tem diferenças marcantes e é a expressão máxima da falta de interesse daqueles que têm o poder de decisão. Foram anos e anos de esquecimento, resultando no complemento do Estado, que são as Gerais. Gerais que não nos envergonha, pelo contrário, nos traz orgulho e nos cobra uma atuação mais determinada em favor dos menos favorecidos e, principalmente, do Norte de Minas.

O Norte de Minas é extremamente rico. O seu povo é trabalhador, persistente e jamais deixou de acreditar que é possível, senão inverter a ordem de atendimento, pelo menos equiparar a Minas com a Gerais. Enfrentou todos os tipos de desafios sem desânimo, superando-os um a um, mesmo sabendo que poucos foram os que verdadeiramente se interessaram em ajudar.

Faço, mais uma vez, este histórico para mostrar a situação atual do Norte de Minas, as grandes dificuldades que estamos enfrentando e, principalmente, a paralisação de obras fundamentais que estavam programadas e sendo realizadas em quase todas as cidades norte-mineiras.

Em primeiro lugar, quero falar da seca, nosso principal problema. Muitos municípios já decretaram estado de emergência, e outros já estão em estado de calamidade pública, em virtude da estiagem do ano passado. Foram dez meses sem chuva, um desespero para quase toda a população norte-mineira. Várias cidades não tinham nem mesmo água potável para o abastecimento humano. Os animais morriam de sede, e as plantações torravam sob a inclemência do forte sol.

Quero abrir um parêntese para dizer que conseguimos superar todas essas dificuldades, conseguimos ultrapassar os momentos críticos. Quero falar, também, a respeito da importância dos órgãos governamentais e a preocupação pessoal do Governador Eduardo Azeredo com aquela região, abrindo frentes produtivas, trazendo socorro, através da COPASA-MG e de outros órgãos, principalmente aos municípios menores, mais pobres e mais distantes.

Vieram as cobranças, e começaram a surgir ações dos Governos Estadual e Federal. Na grande maioria das vezes, Srs. Deputados, os resultados serviam apenas para aliviar o sofrimento do povo norte-mineiro, sem, contudo, haver a determinação necessária para corrigir os problemas mais simples e emergentes. Barragens foram construídas em caráter emergencial, muitas vezes ajudando os municípios, mas, outras vezes, em locais inadequados, sem apresentar benefícios que justificassem os caros investimentos, obedecendo, sim, mais a critérios políticos do que técnicos. Poços artesianos foram perfurados por vários órgãos como a COPASA-MG, a CODEVASF, o DNOCS e a FNS. Enfim, muitos órgãos estiveram presentes sem que, entretanto, houvesse uma interação entre eles.

Muitas vezes, por solicitação de uma autoridade política, um desses órgãos perfurava um poço artesiano em uma comunidade que já tinha sido atendida com os mesmos objetivos. Como resultado negativo desta bagunça emergencial, temos hoje mais de 1.000 poços artesianos perfurados e sem equipamentos. Inúmeras barragens que servem a poucas pessoas ou que já foram condenadas por terem sido construídas sem muita qualificação técnica.

Faço esse pronunciamento para mostrar a necessidade de interação entre esses órgãos. Estamos vivendo momentos importantes, cruciais, e esta Casa parece mais um caminho de via-sacra de Prefeitos daquela região. Com denúncias importantes, dessa natureza, é necessário que o Governo do Estado e o Governo Federal sentem-se à mesa e procurem de forma ordenada, madura, eficiente e responsável programar as ações daqui para a frente. Não é possível observarmos uma ação para desestruturar o DNOCS. Um órgão que existe há 40 anos no Norte de Minas, sem que uma voz se eleve no Congresso Nacional, sem que uma voz dê o seu grito e procure mostrar a importância do órgão para o Norte de Minas e para toda a região, inclusive para o Jequitinhonha.

A seca, como já dissemos, é nosso principal problema e nosso maior desafio. Entretanto, temos pela frente outros problemas crônicos, que já não podem esperar pela boa-vontade dos governantes. As nossas estradas, por exemplo, são essenciais para que a região possa se desenvolver. Mais de 1/3 de nossas cidades não possuem ligação asfáltica. Vivem literalmente isoladas do progresso e não fazem parte dos planos empresariais e industriais de investimentos, embora estejam inseridas na área mineira da SUDENE, com direito aos incentivos fiscais do Governo Federal e possuidoras de grandes potencialidades naturais a serem exploradas. Estas cidades estão literalmente esquecidas. A BR-135, que liga o Sudeste ao Nordeste brasileiro, passa pelo vale mais rico do País, o vale do São Francisco. São quilômetros, milhares de quilômetros de terras férteis, verdadeiro tesouro que Deus nos deu, nos quais, devido à falta do asfaltamento de pouco mais de 120km, de Itacarambi à divisa com a Bahia, instala-se o contraste, tal a pobreza dos moradores das margens do rio da integração nacional. Em qualquer parte do mundo, esta estrada, este vale e esta gente seriam prioridades absolutas de Governos inteligentes e bem-intencionados. Temos obras paralisadas em muitas outras estradas. Na estrada que liga Taiobeiras a São João do Paraíso, último reduto da fronteira de Minas com a Bahia, o serviço de terraplanagem está praticamente pronto, mas a obra está paralisada. O canteiro de obras parece mais um cemitério de grandes máquinas, sem nenhuma perspectiva de início. Gostaria de citar, ainda, a estrada de Salinas a Araçuaí e Jaíba a Matias Cardoso, que hoje é possuidora da segunda etapa do Projeto Jaíba; a estrada que liga a BR-135 a Francisco Dumont, uma cidade de grande potencial turístico; a estrada de São João da Ponte a Varzelândia, Montalvânia, Grão-Mogol, Botumirim, Cristália, Itacambira, Ninheiras, Ponto Chique e São João das Missões e a centenária estrada de Manga. Todas essas estradas estão à espera, principalmente, de uma ação governamental, de um programa mínimo de governo, de uma informação segura para que a população possa saber qual a posição do Governo sobre o asfaltamento dessas importantes cidades.

Por último, Presidente, é importante dizer da necessidade que temos de continuar com projetos específicos para o Norte de Minas e, hoje, para o vale do Jequitinhonha. O Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural beneficiou mais de 2 mil associações e, em 3 anos, foi responsável pela energia elétrica de centenas de propriedades rurais e pela recuperação de milhares de quilômetros de estradas. Também como resultado desse programa, foram criadas associações que tiveram condições de executar projetos produtivos: tratores e implementos agrícolas foram adquiridos e colocados à disposição dos trabalhadores rurais. Enfim, foram os recursos mais bem empregados de toda a história deste Estado, como reconhecem o Banco Mundial e o Banco de Desenvolvimento. O programa, hoje, está paralisado e espera o início de sua segunda etapa, para novamente ser colocado em prática, beneficiando não só o Norte mas também mais de 100 municípios dos vales do Jequitinhonha e do Mucuri.

O Projeto Nordeste, que já aplicou mais de US\$10.000.000,00 na área de saúde, reformando, ampliando e construindo hospitais, é outro exemplo de ação bem-sucedida, que merece o interesse dos que hoje governam.

O PRODETUR, que previa investimentos superiores a US\$100.000.000,00 para estruturar algumas cidades do Norte de Minas que possuem potencialidades turísticas, não pode cair no esquecimento.

Citamos algumas ações que estavam sendo executadas no Norte de Minas como exemplo do fruto do trabalho desta bancada de Deputados Estaduais, dos Prefeitos, dos Vereadores e de outras autoridades políticas que se uniram na luta pela conquista desse grande espaço. É necessário que os atuais dirigentes políticos dêem as mesmas atenções para a região, porque vale a pena investir e lutar para concretizar as ações já delineadas, uma vez que os resultados são promissores e imediatos.

Do Governador Itamar Franco, esperamos que possa apresentar seu plano de governo para o Norte de Minas. Não nos interessam mais ações desordenadas e ineficazes. Pedimos que divida com os Deputados Estaduais e Federais e com as lideranças norte-mineiras a responsabilidade de coordenar o processo, em reuniões abertas à participação de todos.

Finalmente, quero fazer um veemente apelo para que o Governo do Estado possa ter, o mais urgente possível, um entendimento com o Governo Federal, para voltarmos às frentes produtivas. São 43 mil trabalhadores, 43 mil famílias que dependem de R\$80,00 por mês. Segundo as informações que tenho, o Governo Federal já depositou sua contrapartida. Dos R\$80,00, R\$64,00 cabem ao Governo Federal; R\$16,00, por trabalhador, cabem ao Governo do Estado. A parte correspondente ao Governo Federal já está em conta, pronta para ser repassada aos 43 mil trabalhadores; agora, falta a contrapartida do Governo do Estado. E achamos que essa é uma prioridade número um; uma prioridade que nunca pode ser esquecida e que merece uma discussão mais clara e transparente. Fica aqui o meu apelo, em nome dos Deputados da região, dos Deputados do vale do Jequitinhonha, desta Casa Legislativa, para que retornemos à conversa e ao diálogo sobre as frentes produtivas do Governo Federal e do Governo do Estado. Inclusive, alguns municípios já se dispõem a arcar com a contrapartida que seria obrigação do Estado; alguns municípios querem fazer frente a essa contrapartida. Mas, infelizmente, a responsabilidade é do Governo do Estado, e não é possível que os municípios cubram essa diferença. Fica aqui o nosso apelo, em nome do Norte de Minas e do vale do Jequitinhonha.

O Deputado João Paulo - Sr. Presidente, demais membros da Mesa, colegas Deputados e Deputadas, venho a esta tribuna para anunciar aos meus pares e à sociedade mineira, de maneira geral, que apresentei nesta Casa uma proposta de emenda à Constituição com vistas a explicitar de forma mais objetiva - por que não dizer mais pedagógica? - a liberdade do culto religioso garantida e assegurada definitivamente pela Constituição Federal e pela nossa Constituição Estadual. Mas não faria isso, nem poderia fazê-lo sem antes dizer da enorme honra que sinto em poder contracenar com as figuras mais ilustres da nossa sociedade presentes, nesta Casa, aonde fui conduzido pelas mãos de Deus. Nenhuma dúvida tenho com relação a isso.

Gostaria ainda de registrar que, nesta manhã, fui eleito Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor. Essa Comissão tem uma interação muito forte com a sociedade e, neste momento de muita turbulência com relação a essa matéria, que é uma matéria relativamente nova no nosso meio, seguramente terá um papel muito grande a desempenhar junto à nossa sociedade. Tenho a certeza de que isso será possível a partir dos brilhantes nomes que compõem essa Comissão e que me fizeram Presidente esta manhã, sem prejuízo ainda da contribuição expressiva que poderá ser ofertada e, certamente, não será sonogada pelos demais pares nesta Casa.

Pois bem. Retornando ao motivo que me conduz a esta tribuna, que é precisamente anunciar e discorrer a respeito da proposta que apresentei, gostaria de dizer que, infelizmente, no cenário de liberdade que estamos gozando em virtude do restabelecimento das liberdades democráticas do País, ainda grassam pelo interior de nosso Estado posturas reacionárias com relação à liberdade de culto religioso e cerceamentos intoleráveis à instalação de templos religiosos em muitos e muitos municípios.

Caros colegas, essa não é uma situação nova para mim. Na condição de advogado, já venho enfrentando, há muitos anos, essas dificuldades que tentam se impor, e efetivamente se impõem, à liberdade do culto religioso entre nós, como se pretendesse atingir um padre ou um pastor, e que a coisa ficaria cingida a esse universo. Mas não. Quando se cerceia a instalação de um templo com a liberdade do culto religioso, está-se, antes disso, ultrajando, ferindo e tentando revogar a Constituição Federal e a Constituição Estadual, se isso for aqui, em Minas Gerais. Pois bem. Na condição de advogado, sempre enfrentei essas situações. Quando presidi a Câmara Municipal de Belo Horizonte, tive também oportunidade de travar contato e estabelecer uma luta hercúlea contra essa postura reacionária. Lembro-me que foi elaborada pela administração municipal, em conjunto com alguns setores da nossa sociedade, uma proposta de lei de parcelamento de uso e ocupação do solo urbano, na qual se estabeleciam grandes dificuldades para a realização de culto religioso aqui, em Belo Horizonte. Realizamos audiências externas, conversamos com todos os segmentos organizados da sociedade de Belo Horizonte e, ao fim dessas gestões, conseguimos, então, superar as enormes dificuldades que estavam tentando criar para todos nós na esteira e na malha do plano diretor, combinando a reorganização com o refazimento da Lei de Uso, Parcelamento e Ocupação do Solo em Belo Horizonte.

Vencida essa etapa, tenho a impressão de que todos os nossos pares se recordam muito bem de que, em Brasília, junto ao Congresso Nacional, tramitou o Projeto do Código Ambiental, que objetivava aprovar e instituir o Código Ambiental Brasileiro. Esse projeto foi elaborado pelo Governo Collor e remetido ao Congresso Nacional. Pasmem, meus colegas! Foi aprovado em 1º e 2º turnos pela Câmara dos Deputados e também pelo Senado. Quando percebemos a situação, estava o projeto nas mãos do Presidente da República, aguardando apenas a sanção. O susto foi muito grande. Mobilizamos-nos e reunimos em Brasília as lideranças mais expressivas do segmento religioso. Recordo-me de que, numa oportunidade, coube-me a missão pesada de ordenar, estudar e sugerir ao conjunto dos líderes evangélicos e religiosos - porque também presentes se encontram as pretensões da Igreja Católica, de alguma forma representada - os dispositivos do Código Ambiental que deveriam ser suprimidos, para que esse instrumento guardasse respeito e reverência à Constituição. Depois que o fiz, surpreendi-me, dias depois, quando S. Exa. o Presidente da República sancionou o Código Ambiental sem aqueles dispositivos, que feriam e ultrajavam a própria Constituição. Antes de agredir o direito dos religiosos e antes de ofender qualquer pretensão particular e de segmentos organizados religiosos - que efetivamente estavam sendo feridos -, os dispositivos afrontavam a Constituição. E S. Exa. o Presidente da República, bem-assessorado, demonstrando efetivo compromisso no sentido de cumprir e fazer cumprir a Constituição, pois jurou fidelidade à Constituição, expurgou e escolheu do texto do Código Ambiental os dispositivos que feriam a liberdade do culto religioso. Mas ainda campeiam pelo interior do nosso Estado leis antigas e novas de uso e ocupação do solo, que cerceiam a liberdade do culto religioso. Impedir um templo religioso de instalar-se em um determinado lugar de um circuito urbano de município equívale a cobrar de determinada igreja o ISS, o ISQN ou o IPTU. Isso é tão absurdo quanto cobrar imposto da atividade religiosa. Mas isso ainda prevalece, contra a letra expressa da Constituição da República e da Constituição Estadual, daí a razão de um dos compromissos que tenho, nesta Casa, de oferecer para os meus pares o que já fiz, ou seja, apresentar essa proposta. Diga-se de passagem, com alegria muito grande, ao coletar as assinaturas necessárias para a sua tramitação, tive mais do que assinaturas protocolares, que simplesmente garantem a tramitação da matéria, mas obtive posições de fundo, no sentido de que estão realmente solidários com a nossa empreitada, que, certamente, nada mais é do que procurar fazer com que se cumpra a Constituição Federal e também a Constituição Estadual.

O Deputado Adelino de Carvalho (Em aparte) - Gostaria de parabenizar o ilustre Deputado por essa iniciativa e de chamar a atenção desta Casa para a importância desse projeto.

Vivemos em um país em que, durante anos, a ditadura imperou, inclusive na área religiosa, e nós, evangélicos, fomos, por diversas vezes, massacrados e perseguidos. A imprensa era manipulada contra nós, e leis injustas foram aprovadas para prejudicar aquilo que há de mais sagrado no interior do homem: a sua fé, a sua crença. Senti isso na pele durante anos, como líder de mais de 500 igrejas que sou. Inclusive, em uma determinada cidade no interior de Minas, cujo nome não revelarei em respeito a seus moradores, a Câmara Municipal, em uma certa legislatura, aprovou, na Lei de Uso e Ocupação de Solo, a proibição de instalação de templos novos no centro da cidade. Nós, evangélicos, até hoje, não estamos vivendo a plena democracia religiosa no País, a liberdade de culto, pois usam-se leis inconstitucionais, que atropelam brutalmente a Constituição brasileira, para impedir o crescimento das igrejas, que crescem mesmo debaixo de perseguições injustas. Nós, evangélicos, estamos crescendo não só em quantidade, mas também em representatividade em todos os parlamentos, como neste. Hoje o bloco evangélico faz-se presente para defender não os evangélicos, mas a justiça social, que pregamos dentro das igrejas. É importante destacar no discurso de V. Exa. o fato de que nós, evangélicos, desenvolvemos dentro de nossas igrejas um trabalho social. Poucas pessoas já pararam para enxergar a importância da recuperação de drogados, de pais de família viciados no álcool e de pessoas que não acreditavam na vida e que renasceram a partir do momento em que entraram dentro de uma igreja evangélica e conheceram o Senhor Jesus. Parabenizo V. Exa. por essa iniciativa louvável e digo mais: se pudesse dar dois votos, daria, pois ela é muito importante.

O Deputado João Paulo* - Muito obrigado, Deputado Adelino de Carvalho. A solidariedade de V. Exa. é muito importante para que essa matéria prospere e seja aprovada por este Plenário. Gostaria de dizer, também, que o que se propõe não é uma desregulamentação da atividade em absoluto. A atividade religiosa encontra-se subordinada à observância estrita da legislação ambiental. Se algum impacto de natureza sonora houver, ele deve ser administrado de alguma maneira. Entretanto, não se pode tolerar que, em alguns quadrantes deste Estado, as administrações municipais continuem a exigir alvará dos estabelecimentos evangélicos, religiosos e católicos e a fazer ainda outras tantas exigências, como se adotassem uma postura chantageira. Tem-se que observar determinados requisitos que são absurdos. Gostaria de lembrar que a Constituição brasileira assegura categórica e definitivamente a liberdade ampla, irrestrita e total do culto religioso. E onde a Constituição brasileira não restringe, não cabe ao legislador ordinário restringir, mormente quando ela garante a liberdade. Aí ele não pode definitivamente tocar. O legislador municipal recebeu autoridade e poder para legislar sobre o ordenamento do solo urbano, definindo e normatizando sua ocupação e seu uso, entretanto ele não poderia mexer com a atividade evangélica nesse capítulo.

Não poderia cerceá-la nesse capítulo, porque a Constituição somente outorga poderes ao legislador municipal para proteger os locais onde existem os templos religiosos e nada mais que isso. Apenas para proteger. Está escrito na nossa Constituição. No entanto, vez por outra, encontramos constitucionalistas que nunca abriram a Constituição ou freqüentaram um curso de Direito e se acham qualificados para dizer que algo é inconstitucional. Temos verificado que, infelizmente, legislações municipais equivocadas têm prosperado.

Sr. Presidente, encerrarei em poucos segundos. Muito obrigado. Assim, legislações municipais têm prosperado a despeito de orientações equivocadas emanadas de autoridade municipal. Isso não pode continuar, não deve continuar. Temos de pôr um fim a esse processo. A maneira mais correta e mais adequada é aprovando essa proposta de emenda constitucional. Assim, peço que V. Exas. a apoiem e votem a favor dela. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Bené Guedes* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, prezados populares presentes nas galerias, é uma satisfação ocupar novamente esta tribuna neste início de legislatura. Nesta oportunidade, quero desejar aos nossos nobres colegas que façam um grande trabalho. Tenho a certeza de que, aqueles que, como eu, tiveram o privilégio de permanecer nesta Casa juntamente com os novos Deputados e Deputadas somaremos no sentido de continuar honrando e dignificando esta Casa.

Quero dizer que, pela quarta vez consecutiva, nós, pelo nosso trabalho, pelo apoio das nossas lideranças políticas, dos nossos amigos, dos nossos funcionários, conseguimos voltar, enfrentando uma eleição extremamente difícil e, por isso mesmo, entendemos que a nossa responsabilidade é ainda maior.

Hoje, o PDT, particularmente, tem o privilégio de receber o Líder do nosso partido na Assembléia Legislativa do Paraná, Deputado Edgar Bueno, já citado pelo nosso Presidente. Para nós, Deputado, é motivo de honra e alegria tê-lo aqui conosco.

Temos visto neste início de legislatura o acirramento nesta Assembléia das discussões relativas aos problemas, tanto do Governo anterior quanto do atual. Temos visto o acirramento de uma questão que, hoje, preocupa o Brasil inteiro, que é a questão envolvendo o Presidente da República, Fernando Henrique, e o nosso Governador Itamar Franco.

Devo dizer que tive a honra de participar do Governo Eduardo Azeredo durante dois anos e meio, à frente da Secretaria de Estado de Minas e Energia. Tenho certeza de que desenvolvemos um trabalho que foi apreciado, que teve repercussão, e, por isso mesmo, devo dizer que estou muito à vontade para falar da nossa participação.

Respeito aqueles que por uma via ou outra fazem algumas colocações, como a feita aqui, ontem, pelo meu amigo e ilustre colega Deputado Durval Ângelo, que foi repelida em nosso nome pelo ilustre companheiro Deputado Amílcar Martins. Entendo que o jovem Deputado, que nos conhece há algum tempo, que tem entre nós o respeito e o diálogo, evidentemente há de convir que exacerbou nas suas colocações. Tenho certeza de que o Deputado Durval Ângelo, hoje refletindo melhor, poderá rever sua posição pelo gesto de humildade que todos os políticos devem ter, porque isso é compreensível. Criticar o Governo é democrático, mas ir além disso seria somente por intermédio do exercício democrático, que é a instalação das CPIs. E todos nós devemos estar abertos a essa questão. Digo, por exemplo, no caso da CEMIG, quando nós, da Bancada do PDT, tivemos dois Secretários, eu e o Deputado Marcelo Gonçalves, e assinamos essa CPI, porque achamos que foi democrático, que não se deve temer nada, e que é justo que o Deputado queira saber como aconteceu, como a coisa foi colocada. E, por isso mesmo, acho que aí o Deputado Durval Ângelo exercitou o seu pleno direito de, como Deputado, pedir a instalação de uma CPI. Acho que agimos bem.

Vimos agora, recentemente, em São Paulo, e ainda ontem, Bóris Casoy criticar duramente o governo da Prefeitura de São Paulo, quando, no escândalo da fiscalização, não votaram pela CPI os Vereadores. E o parlamento mineiro não pode, de jeito nenhum, deixar de exercitar democraticamente sua função. Entendo que o Governo Eduardo Azeredo foi um governo honesto, ético e trabalhador. Acho que, se houve falhas, foi porque ele tentou fazer o máximo, e isso não se consegue se não houver uma conjuntura favorável. Em alguns pontos, ele tem consciência plena de que deixou a desejar e algumas vezes talvez não tenha sido bem informado politicamente. Em dois setores da maior importância, como no caso do funcionalismo público e no caso da própria Polícia Militar, a nossa honrada Polícia Militar, acho que o Governador não foi bem informado, faltaram melhores informações e diálogo e, por isso mesmo, foi sacrificado nas eleições. Mas, mesmo assim, teve 45% dos votos mineiros.

Temos aqui os Deputados da nossa região, como o meu colega Secretário Christiano Canêdo, que muito trabalhou na área da saúde, temos outros Deputados da Zona da Mata, como o Luiz Fernando, que é também da Zona da Mata, Deputados que lutaram muito. E eu, de uma forma muito especial, com a minha Leopoldina, que é minha base maior, cidade que hoje tem o orgulho de ter duas empresas do porte da APA, que foram para lá com a ajuda do Governo. Hoje, se os senhores me pedirem 60 a 100 empregos na área de teste, há vagas.

Não há falta de emprego na região, graças a Deus. Estamos transformando a cidade num novo pólo têxtil, com a Inega, com a Apa, com a Magmar (?). E, nisso, o nosso último Governador ajudou. E ajudou na eletrificação rural, que era tão sonhada. Esse é o lado positivo de um governo que o PDT muito ajudou. E só posso dizer que sou muito grato ao Governador Eduardo Azeredo, à primeira-dama, D. Heloísa, que muito ajudou e participou ativamente das questões sociais. Eu o defenderei sempre aqui nesta Assembléia.

Bom, veio um novo tempo, e esse novo tempo chama-se Governo Itamar Franco. Devo dizer que conheço o Governador desde 1969, quando ele era Prefeito de Juiz de Fora. Em Leopoldina ele abriu, pela primeira vez, um seminário regional dos Prefeitos da Zona da Mata. Naquela oportunidade, ele já manifestava sua liderança. E, daquela época até agora, desde quando saiu candidato em 1986, fui um aliado seu. Quando foi candidato ao Senado, aconteceu a mesma coisa. Agora, na última eleição, tive a dignidade de dizer ao grupo do então Governador eleito que tinha um compromisso com o Governador Eduardo Azeredo e que devia a ele muitas finezas e a confiança de ter sido seu Secretário. E o fiz com a consciência tranqüila. Agora sou olhado com respeito. Não usei duas vias. E agora o meu partido foi o primeiro partido nesta Casa a ser convidado para apoiar o Governo Itamar Franco. Nós o fizemos em benefício de Minas, e eu, particularmente, em benefício da minha região, a Zona da Mata, que foi muito olhada pelo Governador Eduardo Azeredo, haja vista as empresas que foram para Leopoldina e também a Mercedes, que foi para Juiz de Fora. E o Deputado Alberto Bejani, que tem uma liderança muito forte em Juiz de Fora, sabe que isso representa muito para a Zona da Mata.

Mas volto a dizer que, ao assumirmos esse compromisso, não queremos dizer que somos fisiologistas. Em política temos de olhar para a frente. A Bancada do PDT está hoje aqui para ajudar. E nós, Deputado Amílcar Martins, também queremos o entendimento amplo e irrestrito. Temos visto no decorrer destes dias, e a TV Assembléia tem mostrado para todo o Estado, e a imprensa só fala nisso, o que está acontecendo, mas é hora de se dar um passo atrás. Acho que o Presidente Fernando Henrique faltou para com o ex-Governador Eduardo Azeredo em sua campanha. O Presidente teve solidariedade do Governador durante todo o tempo, mas, apenas uma vez, em Portugal, disse que estava apoiando o Governador Eduardo Azeredo. Engolimos muito sapo, mas ele é o Presidente da República e foi reeleito pela maioria dos brasileiros. Agora, com o advento do novo Governo de Minas, o Governador Itamar Franco deu um pontapé, que foi válido e que mostrou a fragilidade, principalmente, da área econômica do Governo. E aí foi a hora do corre-corre. Caiu até o Presidente do Banco Central. Entendo que seria hora também de o Presidente demitir o Ministro Pedro Malan e colocar o Ciro Gomes, que seria uma ponte perfeita para Minas e o País. Seria uma jogada de mestre, politicamente. Mas isso não está ocorrendo e chegamos até a apelar para o Cardeal Dom Serafim, que é uma figura preeminente, uma pessoa que representa aqui na Terra Aquele que é o nosso líder maior: Jesus Cristo.

Li um artigo publicado ontem no "Estado de Minas", do Cel. Marco Antônio, se não me falha a memória, em que se diz: "Vá à reunião, Governador". E é preciso que ele vá. O gesto da humildade precisa ser praticado também aqui em Minas. Isso não diminui absolutamente o Governador Itamar Franco. Ele tem todas as credenciais para chegar aqui e colocar os interesses deste Estado, o segundo Estado da Federação, onde as maiores decisões têm sempre repercussão. Vejo uma faixa do lado de fora da Assembléia, e podemos ver que é de gente jovem que está apelando. Esta Casa, volto a dizer, não pode ficar aqui trocando farpas. Os novos Deputados talvez estejam ficando impressionados, porque o que se procura é atirar no outro. Acho que não é por aí. Com isso vamos nos desgastar, vamos ficar fazendo jogo de cena para o público, para a televisão. Nesta hora é importante que tenhamos resultados práticos para obter benefícios. Vou levantar uma bandeira que não é uma bandeira do Bené Guedes, mas uma bandeira da Zona da Mata. Vamos trabalhar em cima da Rodovia 267, que liga Leopoldina a Juiz de Fora, com 105km. Se você quiser instalar lá subsidiárias para não transformar Juiz de Fora, meu caro Bejani, em uma nova São Bernardo do Campo, evidentemente que temos de ter uma terceira via 267. Isso depende do Governo Federal, depende da Bancada Federal de Minas, depende de nosso Governador, depende do Diretor-Geral do DNER em Minas, Flávio Menicucci, e, por isso mesmo, temos de reabrir o diálogo, meus caros companheiros de luta. Temos muito que fazer nesta Casa.

O Deputado Amílcar Martins (Em aparte)* - Gostaria apenas de cumprimentá-lo, na sua primeira intervenção nesta Casa, e dizer que tive imenso orgulho e privilégio de ter sido seu colega na administração Eduardo Azeredo, como Secretário de Estado. Esse privilégio se renova agora, sendo seu colega aqui, na Assembléia Legislativa. Eu, que conheço de perto seu espírito público, sua vontade de ajudar a enfrentar os problemas de Minas, tenho a certeza de que V. Exa. cumprirá um papel central no processo de entrosamento, de entendimento e de união de todos os mineiros pelo bem de Minas e do Brasil. Quero cumprimentar V. Exa. por seu pronunciamento. É chegada a hora do entendimento. Vamos todos juntos, com grandeza e desprendimento, procurar o entendimento e o diálogo pelo bem de Minas e pelo bem do Brasil. Quero cumprimentá-lo.

O Deputado Bené Guedes * - Muito grato ao ilustre Deputado. Agradeço ao Sr. Presidente pela concessão desses dois minutos. Fiquei extremamente honrado com seu aparte e gostaria de dizer que sou colega de todos, respeito a todos e quero um convívio fraternal com todos. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Jorge Eduardo de Oliveira - Srs. Deputados, Sr. Presidente, senhores membros da Mesa, a instalação da 14ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, em um momento de tantos debates de importância para a vida nacional, é um acontecimento histórico do qual temos a honra de participar como representante do povo nesta Casa.

Ocupamos a tribuna nesta tarde para saudar nossos eleitores e agradecer a confiança depositada neste Deputado. Também, para desejar a todos os Deputados uma boa e profícua legislatura.

Aos que foram reeleitos, parabéns, e aos novos, que chegam a esta Casa imbuídos do nobre propósito de trabalhar pelas regiões que representam, os nossos cumprimentos e votos de um bom trabalho.

Envio um abraço especial aos representantes da minha região, o Sul de Minas, aos quais convido para formarem uma bancada sul-mineira, trabalhando unidos pelo desenvolvimento da região.

Tenho certeza de que conseguiremos que o Governo Estadual olhe pelo Sul de Minas com maior empenho.

O Brasil atravessa fase inegavelmente difícil, em que os problemas econômicos se agregam ao debate político para gerar crise de natureza institucional. Mais que a economia debilitada, mais que as divergências político-partidárias, o que hoje está em jogo são as próprias instituições democráticas.

O centralismo da União e o enfraquecimento de Estados e municípios são uma realidade que não mais pode ser aceita pacificamente. Trata-se, portanto, de uma verdadeira encruzilhada. Para transpô-la, muito está a ser exigido de todos os brasileiros e, particularmente, de seus representantes no Poder Legislativo, em que nos incluimos.

É exatamente contra essa situação insustentável que Minas Gerais, mais uma vez dando exemplo ao País, vem levantar a sua voz com o gesto destemido do nosso Governador, Dr. Itamar Franco, declarando a moratória, nosso Estado reafirmando o seu repúdio à prepotência e a essas políticas econômicas que, vindas de além fronteira, empobrecem o nosso povo e lhes elimina as mais justas expectativas.

É verdade que o nosso Estado está em situação difícil. Não vamos aqui comentar as administrações anteriores, que nunca levantaram a voz contra o centralismo do Governo Federal. O que importa é debatermos o momento atual, em que o nosso Governador recebeu o Estado com uma enorme dívida econômico-social, tendo como única saída optar entre ou deixar o povo mineiro sem pão, sem recurso, ou atrasar o pagamento do agiota, que tanto contribuiu para essa situação falimentar.

Nesse panorama sombrio, apesar de ser parlamentar de todo o Estado, preocupa-me sobremaneira a região Sul, que representamos e é onde estão nossas raízes.

O Sul de Minas tem tudo para ser grande. Trata-se de parte de Minas Gerais com enorme potencial econômico e cultural, abrigando grandes universidades que, de há muito contribuem efetivamente para o nosso progresso.

Na agropecuária, associada à agroindústria, no turismo, na indústria de transformação, no comércio, em todos os setores o Sul de Minas se destaca. No entanto, esse desenvolvimento é muito mais fruto da iniciativa privada de pessoas da região do que do poder público, que parece ter-se esquecido dessa realidade.

Redimir o Sul de Minas, trazer de volta à comunidade o progresso e o apoio oficial, eis a nossa meta.

Nesse contexto em que nos esforçamos para vencer a crise, é gratificante verificar como a nossa imprensa, amadurecida e consciente, vem-se comportando.

Os que militam na mídia, se antes nos ajudavam com o seu trabalho de informar o povo, agora também colaboram para se encontrar soluções.

Em especial, gostaríamos de conchamar os caros jornalistas que nos acompanham no dia-a-dia nesta Casa para que se unam e envidem esforços na defesa da terra mineira. Os senhores jornalistas têm em mãos um instrumento poderoso, que é o acesso direto à população, e estamos certos de que irão sempre usá-lo para não deixar que informações equivocadas prejudiquem o Estado e os coestaduanos.

A esta altura do impasse, já se vislumbra a luz no fim do túnel. Minas está sendo ouvida, procura-se o consenso, entende-se sem ressalvas que o diálogo é a saída democrática e que o monólogo só faz obstruí-la.

Para chegarmos a isso, entretanto, vivemos, nas últimas semanas, horas de tensão e de incerteza, quando se procurou, mesmo, indispor mineiros contra mineiros e mineiros contra brasileiros, quando o Presidente Fernando Henrique Cardoso comparou nosso Governador e outros Governadores a Joaquim Silvério dos Reis, esquecendo-se de que a derrama foi o nosso primeiro grito para a independência. Portanto, já que o Governo Federal insiste em fazer comparações, para nós, Itamar Franco está mais para Tiradentes.

Meus caros colegas parlamentares, aguarda-os nesta Assembléia, nos próximos quatro anos, um enorme volume de trabalho a exigir não menor dedicação de nossa parte.

Para cumprirmos a missão, devemos unir forças, labutar em conjunto, atuar como equipe, independentemente de filiação partidária, sempre visando ao bem-estar de nosso povo. É isso que espera de nós esse mesmo povo, com o qual não podemos falhar.

Há poucos dias, na instalação da 14ª Legislatura, tivemos o privilégio de ouvir o nosso Presidente, Deputado Anderson Adauto, em brilhante pronunciamento, no qual enfatizou a gravidade do momento.

Devemos cumprimentá-lo por suas palavras, que nos deixam a certeza de que sua gestão será das mais profícuas e deixará marcas profundas e positivas na história do Palácio da Inconfidência.

Aliás, fazendo coro com a mensagem de nosso Presidente, cabe-nos registrar que o autoritarismo do Presidente Fernando Henrique Cardoso tornou-se intolerável. Não mais podemos aceitar que Estados e municípios - tal como aconteceu na época da ditadura militar - continuem a ser apenados nesse regime que é uma verdadeira ditadura civil, pautada pela intolerância, que prioriza apenas o aspecto econômico.

Cabe-nos, então, lembrar as palavras do saudoso Tancredo Neves: "Dívida não se paga com a miséria e a fome do povo".

Terminamos nossas palavras com agradecimento sincero à gente mineira que, com seu voto, reconduziu-nos a esta Assembléia, em novo mandato.

Estejam certos de que tudo faremos para corresponder à confiança renovada, e aqui estamos, como antes estávamos, ao seu dispor para defender e encaminhar suas reivindicações justas e seus anseios legítimos.

O Deputado Márcio Cunha (Em aparte) - Nobre Deputado, Dr. Jorge, gostaria, em meu nome e no do restante da nossa bancada, dos Deputados César de Mesquita, Antônio Andrade, Anderson Adauto, Antônio Júlio, José Henrique, Paulo Pettersen e Dimas Rodrigues, cumprimentar V. Exa. neste momento.

Sr. Deputado, move-me, neste momento, o desejo não só de concordar com as palavras de V. Exa., mas até de homenageá-lo. Embora tenha tido pouca oportunidade de conviver com V. Exa., soube apreciar e reconhecer em sua figura uma grande alma, uma grande pessoa e, sem dúvida alguma, um grande representante do Sul de Minas nesta Casa. Receba,

portanto, em meu nome e em nome da nossa bancada, as nossas mais sinceras congratulações pelo trabalho e pela trajetória política de V. Exa.

Sr. Deputado, ouvi atentamente o seu discurso e não poderia, por essas razões iniciais, deixar de apartear-lo, valendo-me, inclusive, do discurso do Deputado Bené Guedes, que o antecedeu, para dizer que o tratamento que o Presidente Fernando Henrique Cardoso dispensa a Minas Gerais sempre foi desrespeitoso. As relações do Sr. Presidente com o ex-Governador Eduardo Azeredo sempre foram desrespeitosas, e saiba, Sr. Deputado, que não guardo nenhuma mágoa pessoal além de ser adversário político do ex-Governador Eduardo Azeredo. Pelo contrário, ele nasceu em Sete Lagoas, e eu, em Cachoeira da Prata, cidades próximas. Mas devo dizer que se o ex-Governador Eduardo Azeredo é um homem humilde, também o sou. Minha cidade, inclusive, é muito menor do que a dele. Mas é triste vermos um Governador ter que se rebaixar ao Sr. Presidente da forma como o fez Eduardo Azeredo, constituindo essa atitude um desrespeito para com Minas Gerais.

O cidadão Márcio Cunha é um cidadão que sabe o seu lugar, que tem a humildade necessária, mas, como Deputado, faço valer a minha indumentária, faço valer aquilo que o Poder me consagra. E isso, infelizmente, o Governador Eduardo Azeredo que me desculpe, ele não soube fazer. As relações do Sr. Presidente da República com Minas foram relações que, sinceramente, a nós, mineiros, foram extremamente desrespeitosas. Ele não respeitou a figura do Governador, não nos respeitou e da mesma forma age com o hoje Governador Itamar Franco.

V. Exa. lembrou Tancredo Neves, que ensinou a tantos de nós, que tanto lutou para que estivéssemos hoje no estágio democrático em que o nosso País se encontra. Sem dúvida, mineiros como o Dr. Tancredo, como Juscelino e como tantos outros, e nós, junto a eles, não deixaremos macular a imagem de Minas Gerais. Que o Sr. Presidente da República saiba que levantamos a voz de Minas e não vamos nos subjugar aos ditames dele e do FMI e que aqui tem gente que sabe a importância do povo mineiro e que não se sacrificará para dar ao FMI aquilo que está a exigir do Sr. Presidente da República, que hoje é um simples funcionário seu.

Parabéns a V. Exa. pelo conteúdo e pela forma do seu discurso. Muito obrigado.

O Deputado Jorge Eduardo de Oliveira - Agradeço o aparte do Deputado Márcio Cunha, dizendo que estou inteiramente de acordo com as suas palavras e também com as palavras do Deputado Bené Guedes, porque realmente a situação é constrangedora, não só a partir de hoje, a partir deste Governo, mas desde o tempo da administração de Eduardo Azeredo. Muito obrigado, Sr. Deputado; muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Pimenta - Quero, então, cumprimentar o Deputado Edson Rezende, por esse requerimento, que é extremamente importante no momento que estamos vivendo.

O Deputado Sávio está, desde o primeiro momento, ocupando a Secretaria de Administração, e temos conhecimento, através da imprensa, de uma série de medidas que estão sendo tomadas pelo Governo do Estado com relação ao funcionalismo.

Além disso, temos outras indagações a serem feitas. Já estamos sentindo uma certa insatisfação, por parte do funcionalismo do Estado, com relação ao atraso no pagamento de seus salários. Eles querem saber também a respeito do pagamento do restante do 13º salário, que não pôde ser pago em sua totalidade.

O momento é extremamente oportuno, e estamos querendo ouvi-lo no Plenário, ou nas comissões, e, para sermos coerentes, acho que o local próprio para ouvirmos o Secretário de Administração é na Comissão de Administração. Seria um debate mais informal - e parece que o requerimento não especifica o local, se em Plenário ou nas comissões -, e quero ser coerente propondo ao Deputado Edson Rezende que fique acertado com a Mesa a convocação do Dr. Sávio pela Comissão de Administração, para que possamos participar desse debate.

Parabéns ao Deputado Edson Rezende, e esperamos que o Secretário possa vir o mais urgentemente possível discutir com os Deputados. Indago do Sr. Presidente se não haveria possibilidade de convidarmos os representantes dos servidores públicos para estarem presentes nessa reunião. Acho que uma reunião com o Secretário de Administração se completaria com a presença do representante dos servidores estaduais e do Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais.

O Sr. Presidente (Deputado José Braga) - V. Exa. poderia, então, transformar a sua sugestão em emenda.

O Deputado Carlos Pimenta - Pediria que a assessoria preparasse a emenda, para que possamos apresentá-la, para depois ser votada com a presença dos representantes dos servidores estaduais.

O Deputado Edson Rezende - Sou funcionário público estadual há mais ou menos 15 anos. Durante todo esse tempo tivemos um problema muito sério, relativo ao diálogo com o Governo do Estado, que se negava terminantemente a dialogar com os servidores públicos do Estado. Esse é um momento importante, porque é necessário discutir com os servidores do Estado a real situação em que se encontram as finanças do Estado e a questão administrativa. Não se pode mais temer discutir essas questões, porque, se não discutirmos, não poderemos avançar. O Estado não poderá fazer, elaborar, formular outras ações importantes, para benefício da sociedade mineira no seu todo.

Para isso é preciso que os funcionários estejam presentes e discutindo essas questões com o Secretário, que se disponha a isso para que a questão fique clara. Para que o Estado de Minas Gerais se desenvolva, é necessário discutir a questão da folha de pagamento do pessoal. Essa é uma questão importante e que, ao longo dos anos, vem onerando cada vez mais os Estados brasileiros, principalmente Minas Gerais.

Nós, servidores públicos, acompanhamos passo a passo, tivemos nossas greves infrutíferas e, neste momento, a discussão deve ser madura do ponto de vista da administração do pessoal. E, digo mais, é necessário que discutamos a questão do serviço público. O servidor tem sido colocado como origem das mazelas, dos problemas brasileiros, e isso não é verdade. Faça uma comparação, Sr. Presidente, Srs. Deputados, com esta Casa Legislativa, onde estou chegando e vejo a qualificação dos seus funcionários e a alta qualidade do trabalho aqui executado. A falta de qualidade do serviço público é porque não se investe no servidor público nem na sua qualificação nem nos seus salários. E como se quer um bom profissional se não se investe no seu trabalho?

Sou médico há 21 anos. E sou médico do Estado há 15 anos.

Pois bem, o Estado jamais investiu em minha qualificação profissional. Se não tivesse investido, ido a congressos e estudado, por outras vias - pelo consultório particular -, o Estado não me teria qualificado - como sou hoje, graças a Deus, mas, repito, por recursos particulares, e não pelo Estado.

Então, o Estado tem devido e deve ao funcionário público, não somente quanto à questão de seus salários, mas quanto aos investimentos em sua qualificação. É nesse sentido que venho trazer esse requerimento, em boa hora e em bom momento, quando o Secretário também deseja estar presente para discutir essas questões. Muito obrigado.

O Deputado Márcio Cunha - Sr. Presidente, Sr. Secretário, companheiros Deputados e Deputadas, solicitei que fosse lido na íntegra o requerimento do nobre Deputado Edson Rezende, exatamente para que o Plenário pudesse ter total conhecimento de seu teor. Em conversa com o próprio Deputado e com outros, Sr. Presidente, achamos que ele é pertinente, já que o Deputado, conversando com o Secretário Sávio Souza Cruz, entendeu que o Secretário tem questões a serem acrescentadas e informadas aos Deputados. Nesse sentido, realmente achamos que o requerimento é válido e deve ser aprovado. E é nesse sentido que encaminho.

O Deputado Miguel Martini* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, queremos, neste momento, trazer a este Plenário a informação de que, conforme anunciamos na quarta-feira próxima passada, foi inaugurada, em Brasília, a sede própria da União Nacional dos Legislativos Estaduais - UNALE -, que se encontra na SGAS902. O local é muito agradável e está preparado para dar todo o suporte de que o parlamentar das Assembléias Legislativas necessita na Capital do País.

Com essa iniciativa, foi corrigida uma deficiência. Os Chefes dos Poderes Executivos dos Estados da União já contam, há tempos, com um escritório de representação em Brasília, ou seja, têm quem cuide de seus interesses e lhes dê suporte. Agora, temos o mesmo para os chefes dos Poderes Legislativos. Quando qualquer Presidente de Assembléia do País for à Brasília, terá não somente um local agradável e aconchegante para se instalar, mas também suporte técnico, incluindo computador, "fax", secretária, enfim, toda a assistência de que necessitar.

Todas essas facilidades estarão, evidentemente, da mesma forma, disponíveis aos parlamentares de cada Estado. Assim, se desejarem uma audiência com um Ministro ou com representantes de qualquer órgão do Governo Federal, terão todo o apoio necessário. Até reservas de passagens aéreas e de hotéis serão providenciadas dali.

Estiveram presentes à inauguração da sede os Deputados Estaduais Anderson Aduato, Presidente desta Casa, Antônio Andrade e Márcio Kangussu e os Federais Romeu Queiroz, José Militão, Gilmar Machado, Osmânio Pereira, reeleito no ano passado, e o Presidente do PT. Enfim, foi uma festa muito bonita e agradável, durante a qual inauguramos a galeria dos ex-Presidentes de Assembléias Estaduais. Para a alegria de Minas Gerais, foram homenageados os Deputados Agostinho Patrús e Romeu Queiroz.

O telefone da entidade está à disposição dos senhores, e o número é 323-7215. Essa estrutura que foi montada para o Legislativo, tenho certeza, nos será muito útil. Além de tudo o que já disse, a UNALE estará participando, por decisão da diretoria, da teleconferência que vai acontecer em nosso Estado no dia 15 de março, na Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Em suma, a UNALE apoiará toda e qualquer iniciativa de um aliado ou aliada nossa.

Outra notícia é que foi confirmada a realização da Conferência Nacional das Assembléias Legislativas. Os Estados da Bahia e de Pernambuco já se ofereceram para acolher os Deputados do Brasil nesse encontro nacional, que, em geral, é muito prestigiado.

Este ano, vamos debater a necessidade do novo pacto federativo para o Brasil. Diversas entidades internacionais e palestradores do mais alto nível do País estarão presentes. Que os senhores, então, já comecem a se programar. A data prevista, em princípio, seria de 20 a 22 de maio deste ano.

Tão logo tenhamos a confirmação da data e do local, possivelmente será em Recife, informaremos aos senhores.

Outro assunto que me traz aqui é a reunião que se realizará hoje em Brasília, entre Governadores e o Presidente da República. Estarão presentes os Governadores dos 26 Estados, Minas Gerais não comparecerá. Perguntei-me o que poderia sair de bom dessa reunião. Não seria apenas uma reunião de "mise-en-scène", ou seja, para dar entrevistas e tirar fotos.

O que esse Presidente pode oferecer aos Governadores? Um Presidente que deixou a dívida interna passar da marca dos R\$400.000.000.000,00, um Presidente que deixou nossa dívida externa ultrapassar a marca dos US\$150.000.000.000,00.

O que esse Presidente pode oferecer? Um Presidente sem prestígio, um País com a inflação retornando a níveis preocupantes. Um País caminhando para uma recessão sem precedentes, com taxas de juros elevadíssimas e reservas cambiais praticamente no limite mínimo. Como o critério de liquidez internacional prevê que os recursos que vão entrar já estão computados, na realidade não temos US\$35.000.000.000,00 de reservas internacionais.

O que os Estados podem esperar? Conforme o que se diz, talvez se a Lei Kandir fosse extinta ou modificada, melhoraria um pouco para alguns Estados. Muitos Estados não têm repercussão negativa com a Lei Kandir. Para Minas Gerais seria extremamente interessante que isso acontecesse.

O alongamento da dívida dos Estados não é mais possível. Enfim, o que esperar de uma reunião como essa? Faço essas reflexões, para que cada um de nós tome consciência do papel que devemos desempenhar e a sociedade espera que desempenhemos neste momento. A concentração de poder no Governo central e até mesmo a concentração do poder legiferante do Congresso Nacional levou o País a este caos. Então, não podemos mais conviver, aceitar pacificamente esse tipo de relacionamento.

Com a reforma constitucional de 1988, as Assembléias Legislativas perderam quase totalmente a capacidade de legislar. Os senhores podem verificar, através das leis que votamos na legislatura passada, que, em sua grande maioria, as mais importantes foram de iniciativa do Governador. Os Deputados Estaduais apresentaram leis que não são as mais importantes. Ou é competência da Câmara Federal, ou é competência da Câmara Municipal, ou do Poder Executivo, e nós, parlamentares estaduais, seríamos meros despachantes de luxo?

Estamos falando de uma reforma constitucional que deveria ter acontecido há quatro anos, mas, pela concentração do poder nas mãos do Presidente da República, que é um imperador, que é um ditador e não a queira, não aconteceu. E o Congresso Nacional, fragilizado que está, porque já se torna urgente essa reforma político-partidária, aceitou pacificamente. Acho engraçado quando o Governo Federal diz que os Governadores precisam fazer o dever de casa. Que dever de casa, Presidente?

Nós deixamos que esse Governo - ou desgoverno - fizesse o que quisesse e levasse os nossos Estados e o nosso País a uma situação para a qual dificilmente vamos encontrar saída. O que precisamos fazer, analisando essa falha que nós, da classe política, cometemos? Mobilizar-nos para buscar uma alternativa.

O Deputado Márcio Kangussu (Em aparte)* - Em primeiro lugar, gostaria de parabenizar o nobre Deputado pela inauguração da sede da UNALE, da qual tive a honra de participar, e ressaltar a enorme liderança que Minas Gerais tem sobre os outros Estados. E isso foi demonstrado com a sua forte presença na Presidência na UNALE.

Quero também meditar sobre as suas colocações a respeito do quadro político atual, em que o Presidente da República está centralizando o poder, centralizando os mandos e o destino da Nação, sem ouvir a sociedade. Se isso é verdade, devemos perceber, também, que é preciso ampliar o diálogo, é preciso sentar à mesa. E temos que lamentar profundamente que o Governador Itamar Franco não esteja presente hoje à reunião dos Governadores, porque ele, com a sua autoridade de ex-Presidente da República, teria muito a contribuir, defendendo as suas teses, fazendo as suas críticas e mostrando, inclusive ao Sr. Presidente, que outros rumos precisam ser tomados. Se isso não foi feito, tenho certeza de que a UNALE tem propostas concretas para responder aos anseios da sociedade, que se concentram principalmente nos parlamentos estaduais. Por essa razão, quero parabenizá-lo, sobretudo pela sua forte liderança e pelas propostas da UNALE para que possamos sair desse terrível quadro que a Nação enfrenta.

O Deputado Miguel Martini* - Muito obrigado, Deputado Márcio Kangussu. Devo dizer que, no momento em que os administradores públicos se fecham para o diálogo, as soluções são as piores possíveis. O mínimo que se espera dos homens públicos é que eles saibam dialogar, que saibam superar as diferenças pessoais, que saibam passar por cima de mágoas pessoais, que pensem verdadeiramente no povo que estão representando e cujo destino têm a responsabilidade de conduzir.

Concordo com V. Exa., Deputado Márcio Kangussu. Acho que, se tenho posição contrária, devo discutir, debater, devo ir para o confronto, se for o caso, mas o confronto das idéias, do diálogo, da discussão. Não dá para eu me considerar o dono da verdade e querer que todos se dobrem diante de mim.

O Deputado João Leite (Em aparte) - Agradeço-lhe o aparte, Deputado Miguel Martini. Sinto não ter podido acompanhar a inauguração da sede da UNALE em Brasília. Tive a oportunidade de acompanhá-lo desde a retomada da UNALE e tenho a testemunhar que V. Exa. é o principal articulador e construtor dessa nova união dos Legislativos em nosso País, feita a partir de muito diálogo. Tive a oportunidade, também, de acompanhar as diversas reuniões preparatórias para que tivéssemos, hoje, essa forte instituição que representa os Deputados Estaduais em nível nacional. Agora, coroando esse trabalho de V. Exa., temos a inauguração da nossa sede em Brasília, que vai permitir que os Deputados que constantemente têm de ir a Brasília participar de diversas reuniões - como é o meu caso, que sempre tenho de estar nos encontros sobre direitos humanos promovidos pela Câmara -

tenham um lugar para se encontrar.

Quero parabenizá-lo, Deputado Miguel Martini, pela construção da UNALE, por seu trabalho e por sua liderança frente a essa instituição e a outros Deputados, em nível nacional, o que muito honra a Assembléia Legislativa de Minas. Por isso, quero parabenizá-lo por mais essa vitória, que é a vitória de todos nós. Muito obrigado.

O Deputado Miguel Martini* - Obrigado, Deputado João Leite. V. Exa. também participou em vários momentos: aqui, em São Paulo, no Rio de Janeiro, no Rio Grande do Sul e em Belém do Pará. Quantas lutas foram travadas até chegarmos aqui!

Para acrescentar, gostaria de dizer a V. Exa. que dispomos, na sede da UNALE, de um auditório para cerca de 50 pessoas. Qualquer Deputado Estadual poderá usá-lo.

Presidente, pediria a V. Exa. que tivesse um pouquinho de paciência, porque eu gostaria de conceder um aparte ao Deputado Mauro Lobo. Antes, porém, gostaria de dizer que a maior vitória que conseguimos ontem, e isso está praticamente oficializado, é que a UNALE contará, a partir de agora, com uma frente parlamentar, no Congresso Nacional, em defesa dos interesses dos Estados. Essa frente está sendo constituída e será composta de, aproximadamente, 60 Deputados Federais. Isso é extremamente importante para nós. Oferecemos um jantar a esses Deputados, e eles se colocaram à disposição para encaminhar nossas reivindicações. Portanto, muitas delas já estão sendo encaminhadas. Na semana que vem, ou na outra, possivelmente, estarei junto com essa comissão, que está sendo constituída pelo Presidente Michel Temer, para definir uma pauta de nosso interesse no Congresso Nacional. São modificações extremamente necessárias para que nós, Deputados Estaduais, ocupemos o espaço que nos é devido.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Sr. Presidente, Srs. Deputados, membros da imprensa, antes do meu pronunciamento, gostaria de fazer coro com os demais colegas, pela justa homenagem que vem sendo prestada, nesta sessão, ao Presidente da UNALE, Deputado Miguel Martini. Admiro o Deputado de longa data. Mesmo não sendo Deputado já acompanhava, de longe, o seu trabalho em defesa dos interesses do povo mineiro. Agora, esse Deputado, através da UNALE, vem dar essa representatividade tão importante. Faço minhas as palavras de Márcio Kangussu e João Leite, e peço a Deus que o nobre Deputado Miguel Martini continue sendo o nosso porta-voz, o nosso interlocutor, o representante do povo mineiro junto à UNALE. Receba S. Exa. os nossos cumprimentos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, muito embora, através de requerimento de minha autoria, já tenha registrado nos anais desta Casa o falecimento de D. Cybele Pinto Coelho, viúva do ex-Governador Levindo Ozanan Coelho, gostaria, nesta manhã de sexta-feira, com a permissão de todos, de trazer, oficialmente, ao conhecimento de todos a sua vida como esposa do Governador, como ex-Presidente do SERVAS, que tanto fez por Minas Gerais. Como amigo pessoal da família do ex-Governador Ozanan Coelho, não poderia me furtar, ao subir a esta tribuna, de falar, em rápidas pinceladas, sobre o desaparecimento de D. Cybele. Nascida em Sapé de Ubá, hoje Guidoal, aos 19/10/23, faleceu aos 29 de janeiro próximo passado, aqui, em Belo Horizonte.

Filha do Dr. Teófilo Moreira Pinto, médico humanitário, ex-Prefeito de Ubá e Diretor do Hospital São Vicente de Paulo, único na região à sua época, aprendeu em sua casa, desde cedo, a ser zelosa com os desvalidos, os doentes e os indigentes que procuravam seu pai em busca de auxílio.

Muito amigo do Dr. Levindo Eduardo Coelho, outro ubaense de valor, também médico e grande político, Dr. Teófilo casou suas duas filhas, Cybele e Teomar, com os irmãos Ozanan e Eduardo Coelho, o que ampliou e solidificou a profunda amizade entre suas famílias.

Famílias de alta estirpe e grandes tradições de Minas Gerais, uniram-se em prol do bem-estar dos mineiros. Dr. Levindo Coelho foi Deputado Federal e Senador da República. Seu filho, Ozanan, esposo de D. Cybele, foi advogado, Promotor de Justiça, Prefeito de Ubá, Deputado Estadual, Deputado Federal, Vice-Governador e Governador de nosso Estado.

Deixa D. Cybele cinco filhos: Isaura Maria Coelho Santos, Cybele de Lourdes Pinto Coelho, Levindo Eduardo Coelho Neto, Saulo Levindo Coelho e Marília Pinto Coelho, e muitos netos. Eram seus irmãos Teomar Pinto Coelho e Teófilo Lima Pinto, também já falecidos, Célio Moreira Pinto e Antônio Geraldo Pinto, este último nosso incansável assessor de Plenário nesta Casa, há 41 anos, onde presta relevantes serviços.

Por que homenagear D. Cybele? Além de ser mulher do nosso ex-Governador Ozanan Coelho, era ela uma figura exemplar, exemplo de mulher e mãe, uma cidadã vigorosa e humanitária.

Todo o sofrimento que presenciou desde nova moldou seu caráter e sua alma, de forma a torná-la a mulher batalhadora em prol do bem-estar daqueles que nada ou pouco possuíam. Sua morte causou grande comoção em Ubá, onde foi velada na Prefeitura Municipal, tendo recebido o último gesto de carinho e apreço do povo que muito amou e a quem dedicou sua vida.

Demonstrou ter luz própria, quando primeira-dama do Estado e Presidente do SERVAS.

Dr. Ozanan Coelho assumiu o Governo quando da renúncia do Dr. Aureliano Chaves, então Governador do Estado, candidato a Vice-Presidente da República, e enfrentou, em seus nove meses de governo, duras adversidades. Minas Gerais sofreu as piores enchentes, que a deixaram com inúmeros desabrigados.

Foi nessa hora difícil que D. Cybele mostrou seu valor: acompanhou com carinho e dedicação as providências que seu marido coordenou com a Comissão de Defesa Civil, horas a fio, dias incontáveis e noites indormidas. Seu objetivo era um só: trazer àquela população desabrigada e desassistida um pouco de alento e de conforto, tentando minimizar as conseqüências drásticas das chuvas que castigavam o Estado.

Por essas razões, pelo seu caráter firme e forte, mulher de valor que foi D. Cybele Pinto Coelho, trago hoje, com pesar, a notícia oficial de seu falecimento aos mineiros e apresento-lhe estas homenagens póstumas.

Desejo ressaltar que toda Minas Gerais se associa a estas homenagens e em especial a minha querida Ouro Fino, onde D. Cybele possuía um largo círculo de amizades. D. Cybele, em diversas oportunidades, visitou a cidade em companhia de seu marido Ozanan Coelho, conquistando todos pela sua simpatia pessoal e simplicidade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, espero que todos comigo se irmanem para levar à família enlutada a nossa gratidão e o reconhecimento de todo o povo mineiro por sua inteira dedicação ao nosso bem-estar e o nosso pesar em perdê-la para o Criador, que a levou de volta para si. Muito obrigado.

O Deputado Mauro Lobo - Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos aqui, neste momento, para cumprimentar o nosso prezado colega Miguel Martini, que vem demonstrar por que esta Casa é tida como a Assembléia Legislativa mais bem estruturada do País. Ele está honrando esse conceito na medida em que consegue atualizar a UNALE, preparando-a para que seja o ponto de encontro de todas as Assembléias Legislativas, a fim de que os Deputados Estaduais tenham condições de contribuir para o desenvolvimento do Poder Legislativo e dos Estados.

Portanto, Deputado Miguel Martini, aceite os nossos cumprimentos por essa iniciativa. V. Exa. citou a sua preocupação com o pacto federativo, tema que irá provocar grande discussão. Isso é totalmente oportuno e necessário. Hoje, como V. Exa. muito bem disse, sabemos das limitações de nossas Assembléias em termos de legislação. O que podemos fazer realmente para mudar essa situação? Qual é a autonomia de uma Assembléia Legislativa? Não podemos ser apenas um Poder secundário, subsidiário do Congresso Nacional ou do Poder Executivo.

Com essa iniciativa de valorização da UNALE, V.Exa. está, antes de mais nada, valorizando os Legislativos Estaduais. Assim, estará contribuindo para o fortalecimento dessa

instituição em nosso País, instituição que é o local de negociação, que sabe ouvir, perceber e analisar as reivindicações do nosso povo. Além disso, essa iniciativa valoriza a autonomia do Poder Legislativo, a qual, recentemente, foi arranhada aqui em Minas Gerais. Precisamos lutar para recuperar o prestígio do Legislativo, prestígio que a própria sociedade está a nos exigir, para que haja equilíbrio e harmonia entre os Poderes.

V. Exa. sabe muito bem que esta Casa, pela sua formação, é realmente a Casa mais representativa de nosso povo e, por isso, deve ser o local de negociação. Hoje, diante da atual situação, não podemos ter aquele posicionamento preconceituoso ou até maniqueísta de achar que o Governador é o bem ou o mal, dependendo da posição, ou de achar que o Presidente é o bem ou o mal, dependendo da posição. Isso não é o que a sociedade espera de nós. É necessário que tenhamos condições de dialogar. Não podemos nos amesquinhar neste momento. O Legislativo tem de ter sua posição firme, tem de ser a instituição que abre caminhos para que Minas Gerais deixe de ser o Estado do futuro. Precisamos que Minas Gerais e o Brasil desenvolvam-se mais, para que não tenhamos que sacrificar mais uma geração.

Assim, Deputado Miguel Martini, essa sua iniciativa merece todo o nosso apoio e reconhecimento, e desejamos que a UNALE realmente continue nessa trajetória, a trajetória da união, a trajetória da valorização do Poder Legislativo. Parabéns a V. Exa.

O Deputado Miguel Martini (Em aparte)* - Gostaria, primeiramente, de agradecer as referências de V. Exa. Concordo e gostaria de destacar alguns pontos. A Assembléia de Minas Gerais foi violentamente agredida por ocasião da eleição da Mesa Diretora. É inconcebível, inaceitável que no sistema que estamos vivendo em nosso País, num regime democrático - e nós queremos fortalecer a democracia cada vez mais -, que um Governador, Chefe do Poder Executivo, ou seja, de outro Poder, publique uma nota dizendo quem ele aceita, e quem não aceita na Mesa Diretora desta Casa.

Senti-me profundamente agredido enquanto parte deste parlamento, e acho que esta Casa não pode ser um preposto do Poder Executivo. Ela tem sua missão constitucional de legislar e de fiscalizar, de ser o representante do povo mineiro, dos 16, quase 17 milhões de mineiros, e não podemos aceitar que o Poder Executivo, ou qualquer outro Poder, venha fazer de nós meros defensores de seus interesses particulares ou do próprio Poder.

Temos a missão aqui, como Deputados Estaduais, e enquanto membros deste Poder, de manter a nossa absoluta e total autonomia.

É esse o papel da UNALE. E estamos nos aprimorando com esse objetivo. Só para que os senhores tenham uma idéia, em breve, teremos certamente a liberação de recurso para promovermos a capacitação profissional de todo o corpo técnico das Assembléias Legislativas deste País.

E o que queremos com isso? Capacitar o nosso técnico para que ele dê o melhor suporte para que o parlamentar desempenhe bem seu papel. E é preciso discutir também com os parlamentares qual é, de fato, o papel de um Deputado Estadual, que não é eleito para fazer assistencialismo, que não é eleito para atender questões individuais e menores, mas, pelo contrário, é eleito para gastar seu tempo discutindo questões maiores, buscando interesses maiores do Estado. Não aceitamos e não concordamos com a idéia de que o parlamentar dê menor importância ao parlamento, à tribuna, ao diálogo. Parlamentar é para "parlar". Façamos, então, isso. Que o Deputado realmente se empenhe nas comissões temáticas. Aí ele estará cumprindo sua função constitucional. Não podemos abrir mão da capacidade fiscalizadora deste Poder, que até este momento não é das melhores. A nossa Casa Legislativa em Minas Gerais é uma das melhores, e posso dizer porque conheço outras Assembléias. Posso dizer, com segurança, que em termos de capacitação profissional, técnica e dos avanços que temos aqui, somos uma das melhores Assembléias Legislativas deste País. A nossa capacidade legislativa ou legiferante é extraordinária, mas nossa capacidade fiscalizadora ainda não é. E sabemos da deficiência que temos neste sistema, através do Tribunal de Contas. Cada um de nós deve se converter verdadeiramente num fiscal, num fiscalizador, e não deixar apenas para ler os relatórios apresentados pelo Tribunal de Contas. Temos de fazer uma diferença entre legislar e auditar.

A fiscalização é o acompanhamento físico "in loco" das obras, dos acontecimentos do Poder Executivo. Se for o caso, poderemos pedir uma auditoria ao Tribunal de Contas. Assim, não poderemos abrir mão desse nosso papel, e acho que, à medida que cada um de nós, parlamentares começar a perceber o seu papel, fortalecendo o Poder Legislativo, com o fortalecimento deste Poder, certamente ganhará toda a sociedade. Muito obrigado.

O Deputado Mauro Lobo* - Para finalizar, Deputado Miguel Martini, chamaria a atenção para o fato de que nessa situação atual do País, estamos vendo a dificuldade de termos árbitros, de termos negociadores, de termos pessoas ou instituições que possam apurar essas arestas, enfim, criar condições para que os representantes do Executivo Federal, nosso Presidente e o Governador do Estado, possam ter um diálogo maior. É isso que a sociedade está esperando. Aí, acho que se abre uma ampla avenida para a atuação da UNALE. A UNALE, à medida que ela for representativa dos parlamentos estaduais, sem dúvida nenhuma será a instituição mais adequada ou apropriada para exercer esse papel. Papel de aglutinar, de esclarecer, enfim, de facilitar o entendimento que tanto estamos precisando hoje. Não podemos mais, por questões pessoais, fugir à responsabilidade que a sociedade está a nos cobrar. É o desemprego, a falta de desenvolvimento econômico, a falta de perspectiva. São milhões de jovens sem perspectiva. Isso tudo é papel nosso, papel de suavizar, de encontrar uma solução. Portanto, Deputado Miguel Martini, parabéns pelo seu trabalho. A UNALE valorizada é a valorização dos parlamentos estaduais.

O Deputado João Paulo (Em aparte) - Nobre Deputado Mauro Lobo, gostaria, primeiramente, de cumprimentar V. Exa. pela oportunidade do tema trazido ao debate. A questão da relação dos Estados membros com o poder central, de fato, ficou muito complicada, notadamente depois dessa última eleição, quando se verificou que ao longo de alguns anos a concentração de recursos financeiros na mão do Governo Federal é muito grande e que a distribuição não tem sido feita de acordo com a necessidade dos Estados membros que compõem a União. Essa discussão é importante, essa relação dos Estados com a União é muito importante.

Fala-se muito na rediscussão do pacto federativo. Até prefiro dizer, da discussão dos Estados confederados com a União, mas gostaria, com humildade, de fazer uma observação também relacionada a uma questão levantada por V. Exa, mais especificamente dirigida ao episódio da eleição da nova Mesa Diretora da Assembléia. Não tenho procuração do Governo do Estado nem da Mesa Diretora e, de resto, o meu partido também não está contemplado, não tem assento na Mesa, mas a observação que tenho feito ao longo dos anos é que é legítimo ao Poder Executivo exercitar os seus interesses, os seus direitos dentro do parlamento. Isso tem sido feito, invariavelmente, em todos os governos. Não percebo sequer um governo, um Governador, um Presidente da República que ao longo da história não tenha exercitado suas preferências dentro do parlamento. Inclusive, eu diria que principalmente quando da constituição das respectivas Mesas Diretoras. Acho que questionar esse processo é como questionar a eleição que nos conduziu a esse parlamento. Também nós exercitamos junto a nosso eleitorado o direito sagrado de pedir o voto. Assim, gostaria de deixar registrada esta posição, devido à isenção que tenho para fazer isso, para que possamos refletir com mais esse dado nessa equação. Muito obrigado.

O Deputado Mauro Lobo - Deputado João Paulo, apesar de não concordar com sua ponderação, aceito-a com humildade. É notória a interferência do Poder Executivo na escolha das Mesas das Assembléias e do Congresso. Mas essa interferência nunca foi feita com tanta abertura, pressão e formalismo. Não considero natural a intervenção do Governo atual nem a de outros Governos, em outros Estados. Isso faz com que, às vezes, o Legislativo fique atrelado ao Poder Executivo. Quando tecemos críticas, tanto ao Presidente da República quanto ao Governo do Estado, não devemos esquecer que muitas de suas ações são possíveis porque houve o apoio do parlamento. O mesmo parlamentar que critica faz parte de uma Casa que permitiu que essa situação ocorresse. Volto a afirmar que à medida que tivermos mais independência e mais autonomia serviremos melhor à sociedade. Temos de questionar, mas também devemos nos lembrar de que se existem leis como a Kandir, que tira recursos dos Estados, é porque foram aprovadas no Congresso. Em primeiro lugar, temos de fazer um "mea culpa", para que possamos ter a legitimidade de apoiar ou de questionar as ações do Governo. O grande debate que vem sendo travado na UNALE, sobre a missão do Poder Legislativo no País e em nosso Estado, pode ajudar. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, Srs. Deputados, é com alegria que estamos aqui, nesta manhã, debatendo assuntos tão importantes. É também um prazer termos ouvido as notícias sobre a UNALE, trazidas pelo Deputado Miguel Martini, sobre a valorização do Legislativo Estadual, sobre a busca de uma maior abertura na competência de legislar do Deputado Estadual, já que algumas limitações na competência de legislar dos Deputados Estaduais nos são incomprensíveis. Estamos praticamente impedidos de legislar sobre o trânsito de Minas Gerais, não da Federação. Várias rodovias federais cortam nosso Estado, algumas das quais encontram-se em situação caótica. A cada feriado prolongado, várias famílias mineiras perdem a vida em trechos já conhecidos de algumas estradas, que continuam da mesma maneira. E a Assembléia Legislativa não pode atuar frente à inoperância do DNER no Estado de Minas Gerais. Seguindo pela BR-040 em direção ao Rio de Janeiro, conhecemos os lugares onde acontecerão acidentes. Um deles é a "curva do sabão". Quando criança, já ouvia falar sobre acidentes no antigo Viaduto das Almas, construído em curva, no final de uma descida. Há anos fala-se na duplicação desse viaduto, hoje chamado Vila Rica, que, no entanto, permanece inalterado. A BR-262, até Monlevade, representa um risco para as famílias que viajam em férias. A competência do Deputado Estadual tem de ser estendida, uma vez que somos nós que acompanhamos as dificuldades existentes em nosso Estado. Parabenzamos o Deputado Miguel Martini, por sua atuação à frente da UNALE, buscando colocar o legislador estadual no lugar que lhe cabe, exatamente como a sociedade espera.

Ratificando o que alguns Deputados já disseram em defesa da autonomia da Assembléia Legislativa, faço, nesta manhã, com muita tristeza, uma denúncia de agressão feita

recentemente a esta Casa.

Disse bem o Deputado Mauro Lobo que o que aconteceu não foi apenas uma articulação de bastidores, mas uma articulação de nota oficial, lida pelo candidato do Governador Itamar Franco. Ele se prestou a ler a nota oficial, invadindo a competência da Assembléia Legislativa, dizendo que, na visão do Governador do Estado, os Deputados que representam outros partidos eleitos pela população de Minas Gerais têm que ser aliados. Ora, este é um Poder independente. Não pode jamais ser submisso.

Estamos acompanhando vários exemplos disso. Há dois dias, o Deputado Márcio Kangussu ocupou a tribuna para denunciar a retenção das verbas do SOMMA. O Deputado Fábio Avelar é conhecedor da questão do meio ambiente, e todos nós sabemos como são importantes os contratos do SOMMA, pois se destinam à área de saneamento básico, que é tão importante para a saúde do povo de Minas Gerais.

Estamos vendo, agora, o Governador mandando que se faça a revisão da situação dos municípios. Está perfeito. Mas o trabalho do Legislativo, independente e alertador, não pode sofrer influências externas que impeçam que suas atividades se dêem com liberdade e normalidade e que inibam os Deputados de ocupar a tribuna para expor à sociedade a real situação do Estado.

O Deputado Márcio Kangussu (Em aparte)* - Aproveito a oportunidade para manifestar minha admiração por V. Exa., que é um parlamentar correto, ético e que, agora, assume a posição segura de fazer contraponto à situação que estamos vivendo. V. Exa. não o faz com gestos pirotécnicos, mas com proposições firmes e seguras. Isso dá tranquilidade aos Deputados novatos e mostra que vamos ter bons momentos neste parlamento.

Gostaria, ainda, de render minha homenagem ao Deputado Carlos Pimenta, que, nos primeiros dias da nova legislatura, com firmeza, tem mostrado o norte aos novos Deputados, assim como o Líder do meu partido, Deputado Hely Tarquínio.

O Projeto SOMMA, como todos sabem, foi criado em 1993, por uma lei desta Assembléia. Naquela ocasião, uma cláusula estabelecia que os juros seriam de 12% mais o IGP/M, e o prazo, de até 12 anos. Mas as coisas mudaram muito de 1993 para 1999. A situação dos municípios piorou, e não foi pouco. É preciso, então, que essa cláusula seja revista, passando os juros para 7,5% e o prazo para até 30 anos. Isso, que o Governo do Estado acha que é ruim para ele, é bom para os municípios.

A proposta de alteração, em forma de projeto, foi encaminhada a esta Casa e nela já está tramitando. Peço àqueles que defendem a autonomia dos municípios e com eles têm relação estreita que apoiem meu projeto. Além do mais, sugiro aos Deputados João Leite e Carlos Pimenta que criemos um mecanismo para que seja votada, o mais rápido possível, essa alteração na lei.

Faço, por fim, coro com V. Exa. e com o Deputado Miguel Martini quanto à agressão que este parlamento sofreu quando da eleição da sua Mesa. Vejo como confortadora a vinda da UNALE a esta Casa para protestar contra isso. Muito obrigado.

O Deputado João Leite - Parabenizo o Deputado Márcio Kangussu por já demonstrar ser um parlamentar atento às questões do Estado. Quem ganha com isso é a população de Minas Gerais.

O Deputado Miguel Martini (Em aparte)* - Primeiramente, rendo elogios a V. Exa. pelo seu posicionamento e pela forma como defende os interesses do Estado, o que não é novidade para nós que já o conhecemos desde a legislatura anterior. Competência é um traço de seu caráter.

O Deputado Mauro Lobo diz que devemos fazer, enquanto Poder, o "mea culpa". Concorro com ele e faço uma ressalva, chamando a atenção desta Casa para a péssima relação entre o Poder Legislativo e o Governo anterior. Se esta Casa não tivesse agido da maneira como agiu, muitas coisas teriam sido evitadas.

A independência deste Poder e de cada parlamentar é desejável e fundamental. Cito apenas dois casos: um é o que V. Exa. acabou de citar, do Deputado Márcio Kangussu, que levantou a questão. Hoje, o jornal já noticia que foram suspensas as ações que retinham os recursos dos municípios e que o Governador vai reestudar essa questão.

O Deputado Sebastião Navarro Vieira ocupou a tribuna e denunciou o descumprimento da Constituição do Estado e de uma emenda de nossa autoria, com a designação dos Presidentes de fundações e autarquias. Devido à denúncia, o Governador reviu essa posição e fez a publicação em contrário. Para ajudarmos o Governador Itamar Franco, o Governo de Minas Gerais, precisamos de autonomia, de independência e, acima de tudo, de ter personalidade para elogiar quando estiver certo, mas criticar quando estiver errado, porque esse é o nosso papel. Muito obrigado.

O Deputado João Paulo (Em aparte) - Obrigado, Deputado João Leite. Gostaria de registrar a grande alegria de ombrear com V. Exa. neste parlamento e dizer que esse companheirismo é fator de edificação para o meu mandato.

Nobre Deputado, o questionamento que V. Exa. faz relativamente à falta de competência do Deputado Estadual para legislar sobre matéria de trânsito é de grande importância.

Há pouco tempo, assinei um artigo questionando a legitimidade da autuação do pedestre que foi consagrada pelo atual Código de Trânsito Brasileiro. Acho isso de uma estupidez incomum, porque nos grandes centros, o cidadão, ao transitar pelas ruas, não tem espaço nas calçadas, que estão ocupadas por bancas de revistas, cabines de telefone e pelos tradicionais camelôs, vendedores ambulantes, fruto da exclusão social. Com isso, o pedestre é obrigado a disputar espaço com o automóvel no leito da rua. Se ele for atropelado, ainda corre o risco de ser multado, porque estava atravessando fora da faixa.

Isso virou piada de humor negro. O pedestre não tem espaço na calçada, que seria o seu local natural de trânsito. Os grandes centros, as megalópoles não permitem que esse espaço seja destinado aos pedestres, eles têm de disputar esse espaço nas ruas. E os Deputados Federais instituíram uma multa contra os pedestres que atravessarem fora da faixa. Quero fazer alguns pronunciamentos e solicitar que sejam encaminhadas ao Congresso Nacional algumas moções e advertências, porque percebo que estão partindo de lá certas coisas que nos atingem em cheio, e ficamos de braços cruzados, indefesos.

Ainda há pouco discuti com o Deputado Miguel Martini a questão da fidelidade partidária, que é uma "saia justa", uma camisa-de-força que pode nos prender, e não podemos fazer nada. Quero convidar os colegas a refletir sobre isso.

Gostaria de insistir numa tese que não é minha, é fruto de mera constatação que faço desse processo eleitoral havido na Assembléia. Novamente insisto, não tenho procuração do Governador nem da Mesa Diretora, mas quero dizer o seguinte: como posso acusar um Deputado eleito com essa quantidade de votos, um Deputado bem preparado, um colega meu, de ter perdido a independência, de ter alienado essa independência ao Palácio logo no primeiro dia e votado contra a sua consciência, contra a sua convicção e contra o que seria ideal para esta Casa? Como posso fazer uma acusação a um colega? Sinceramente, nem a ponderação que foi feita ainda há pouco - de que o Governo divulgou uma nota vetando eventualmente alguns nomes - me autoriza concordar com a acusação que implicitamente se faz a um colega, de haver alienado a sua independência e a sua consciência política.

Gostaria de deixar novamente registrada essa posição, que não é minha, é uma constatação evidente e fácil sobre os fatos que ocorreram. Muito obrigado, nobre Deputado.

O Deputado João Leite - Agradeço a contribuição do Deputado João Paulo e concordo com ele. É necessário que se estenda essa competência do Deputado Estadual. Vendo aqui o Deputado Fábio Avelar, lembro-me da questão dos rios que passam por Minas Gerais. Por exemplo, é o legislador federal que pode legislar sobre o rio São Francisco, já que é um rio nacional. Essa é uma questão muito importante e merece ser tratada profundamente.

Com relação à questão da Mesa, tenho muito carinho pelo Deputado João Paulo, que foi meu Presidente na Câmara Municipal de Belo Horizonte, e me lembro, como se fosse hoje,

de sua eleição. Não houve nada do que ocorreu aqui na Assembléia. Ninguém "entregou marmitta" para os novos Vereadores, ninguém veio fora da cabine de votação e colocou dentro da urna, num acinte à transparência, ao Poder Legislativo. Lembro-me da época em que joguei em Portugal, e, quando um time jogava muito mal, no outro dia, as manchetes nos jornais eram assim: "Uma tarde para se esquecer". Aquele foi um dia para se esquecer na Assembléia Legislativa de Minas Gerais. O que vimos - e foi denunciado pelo Deputado Rêmolo Aloise ao microfone e está na ata da eleição da Mesa da Assembléia - foi um acinte e uma incoerência. Em momento algum vi V. Exa. ler nota oficial do Prefeito à época, nem de ninguém. V. Exa. fez o seu trabalho, como grande articulador que é, e foi eleito democraticamente.

Então, não tem de ser aceito o que foi feito pelo Governador Itamar Franco, isto é, alijar do processo Deputados que foram eleitos pela população de Minas Gerais, influenciando neste Poder, que é aberto, ligado ao povo. O povo de Minas Gerais é o único a que podemos permitir que tenha oportunidade de acesso a este Poder.

Mas quero continuar e peço ao Presidente que nos dê oportunidade apenas de concluir. Vejo aqui o Deputado Agostinho Patrús, e temos de elogiá-lo. Ele foi o primeiro Presidente da UNALE e muito contribuiu para a construção da instituição.

Mas eu queria falar dessa incoerência, de a todo o momento o Executivo ditar para a Assembléia Legislativa o que tem de ser feito aqui. O Executivo quer dominar a Comissão de Fiscalização Financeira da Assembléia. Estamos acompanhando, perplexos, no Plenário da Assembléia, a enxurrada de requerimentos e sabemos que isso foi um acerto feito no Palácio da Liberdade para que venham todos os Secretários aqui à Assembléia Legislativa dizer para os Deputados o que ocorreu no Governo passado.

Se houve coisas erradas no Governo passado, elas têm de ser esclarecidas. O Tribunal de Contas do Estado está aí, e a Assembléia Legislativa tem de estar atenta. Mas queremos saber qual é a proposta deste Governo e o que vai ser feito. É isso que estamos esperando, e também uma discussão a respeito de outras incoerências, como um contrato sem licitação. Em outra oportunidade ocuparei esta tribuna para dizer das incoerências em relação aos direitos humanos deste Governo que está agora em Minas Gerais. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Pimenta* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, eu não tinha a pretensão de participar desta reunião de debates hoje, mas, ontem à tarde, recebi, em meu gabinete, a visita de uma comissão de funcionários aposentados e pensionistas que recebem pelo IPSEMG, que vieram externar sua preocupação com relação a essa instituição. Acredito que essa visita ao meu gabinete se deu por eu ter sido um dos Deputados que participaram, na legislatura passada, de uma CPI para analisar o IPSEMG no Estado de Minas Gerais. Essa Comissão foi composta por mim, pelo Deputado Sebastião Costa e pelo Deputado Gilmar Machado. Tivemos a oportunidade de conhecer os institutos de previdência da maioria dos Estados brasileiros. Fomos a São Paulo, ao Paraná, a Santa Catarina e ao Rio Grande do Sul, e o resultado do trabalho culminou na elaboração de dois projetos importantes: os Projetos de Lei nºs 1.699 e 1.701/98.

O primeiro tratava do repasse dos recursos arrecadados pelo IPSEMG para a própria instituição. Era uma reivindicação importante do funcionalismo, de longa data, e retirava os recursos do IPSEMG do caixa único do Estado. Esse projeto foi amplamente debatido e discutido com os órgãos sindicais representantes do funcionalismo, com os funcionários do IPSEMG e com técnicos. Foi uma exaustiva discussão nesta Casa durante mais de seis meses.

O Projeto de Lei nº 1.701/98 criava o conselho deliberativo do IPSEMG, com a participação dos funcionários. Esses projetos foram apresentados e tiveram uma tramitação, até certo ponto, tumultuada. Houve discussão ampla, até que foram votados em 1º e 2º turnos. Ocorre que, no dia 26 de janeiro, o Governador Itamar Franco vetou os dois projetos, jogando por terra tudo aquilo que fizemos: a pretensão do funcionalismo e dos órgãos sindicais. Eles estão vetados, e esses vetos serão motivo de uma discussão nesta Casa que deve ter início na semana que vem, passando pelo crivo dos Deputados, para que possamos analisar se iremos acatar ou derrubar os vetos do Governador.

Quero dizer a esses funcionários, mais de 30, que me procuraram ontem no gabinete - aposentados, pensionistas e viúvas, aflitos com a possibilidade de que venha a acontecer o caos no IPSEMG - que faremos todo o possível para que esses dois projetos prevaleçam. É fundamental que os recursos do IPSEMG sejam diferenciados, separados do caixa único do Estado.

Aliás, essa sempre foi uma proposta de campanha por parte do então candidato Itamar Franco. Não é possível que, de um lado, a gente tenha esperança de que finalmente o IPSEMG possa caminhar com suas próprias pernas e, de outro, observemos que esse trabalho exaustivo, sério, correto e importante tenha fim com a votação dos Srs. Deputados.

A Deputada Elbe Brandão (Em aparte)* - Em primeiro lugar, gostaria de parabenizar V. Exa. por resgatar o pedido de formação de uma Comissão Especial para analisar a seca do Norte de Minas. Ontem, no debate, quando estavam presentes o Deputado José Braga, o Deputado Gil Pereira e eu, coloquei que todos nós, da bancada norte-mineira, fomos da base de apoio ao Governo Eduardo Azeredo e conseguimos alguns avanços, ou seja, o início dos projetos estruturantes para a solução da seca. Clamamos ainda, na oportunidade, para que o Presidente em exercício, Deputado José Braga, constituísse, com a maior rapidez possível, essa comissão solicitada pelo Deputado Carlos Pimenta. Ouvimos, ainda, os depoimentos do Presidente da AMANS e do Prefeito Jairo Athayde. Sentimos que se faz necessária a decretação, por parte do Governo do Estado, do estado de emergência para o Norte de Minas, até para que tenhamos em mãos um instrumento que foi solicitado por mim, ou seja, que o Governo de Minas fosse parceiro da nossa bancada no sentido de buscar os recursos e as medidas necessárias junto ao Governo Federal. Isso precisa ser feito de forma articulada, assumindo a nossa posição de Oposição, mas reconhecendo Itamar Franco como Governador legítimo de Minas e dos mineiros.

Solicitamos, então, ao nosso Presidente, Deputado José Braga, que agilize, reivindique e assuma a liderança da bancada do Norte de Minas no que se refere à questão da seca, porque as pessoas já começam a ficar sem tomar banho, a usar águas de cacimbas para consumo. Entendemos que, se a discussão do Governador com o Governo Federal é importante, a questão do Norte de Minas é importantíssima, é urgente e é "para ontem".

Agradeço-lhe, Deputado Carlos Pimenta, o aparte.

O Deputado Márcio Kangussu (Em aparte)* - As colocações feitas pela Deputada Elbe Brandão também são legítimas e verdadeiras para o Vale do Jequitinhonha. Então, Sr. Presidente, é importante que essa comissão seja composta rapidamente, para que tenhamos conhecimento, "in loco", de todas as mazelas, cobrando do Governo do Estado ações que possam minimizar essa situação deprimente do Norte e do Vale do Jequitinhonha, principalmente do Jequitinhonha.

O Deputado Carlos Pimenta* - Agradeço a participação do Deputado Márcio Kangussu, mas, para encerrar essa questão do IPSEMG, quero dizer que a Comissão Especial destinada a analisar o veto do Governador já foi constituída. Vamos, Sr. Presidente, promover uma reunião de debates com os funcionários, com as pessoas interessadas na pujança, na reestruturação do IPSEMG, antes da deliberação do Plenário. Talvez os companheiros que estão chegando agora não tenham tido oportunidade de acompanhar o que estava acontecendo dentro do IPSEMG. Pela primeira vez, em mais de 90 anos, o IPSEMG não pagou o 13º salário aos seus funcionários. Pela primeira vez, o Hospital Israel Pinheiro, que é um modelo de hospital, sofre ameaças de ter setores essenciais paralisados.

Então, temos uma responsabilidade muito grande. A comissão tem que discutir com o funcionalismo e com os órgãos sindicais. Vi uma entrevista de um sindicalista representante dos funcionários dizendo que o Governo se reuniu com eles para explicar os motivos do veto, prometendo que mandaria outro projeto a esta Casa estabelecendo que os recursos não teriam caixa único. Ora, se já temos um projeto aprovado e vetado, está em nossas mãos a análise criteriosa desses vetos, o que tinha o Governo de chegar perto dos sindicatos e dizer: eu vou vetar, mas podem ficar tranquilos que vou mandar outro projeto para a Assembléia? Os sindicalistas deram essas entrevistas na imprensa mineira, dizendo que confiavam no Governo.

Eles têm que confiar no concreto, têm que confiar no projeto que já foi aprovado.

Quando entrei nessa comissão, não foi para brincar. Perdi o meu tempo fazendo viagens, visitando outros institutos, procurando me aperfeiçoar, fazendo uma análise criteriosa para apresentar o melhor projeto para Minas Gerais.

Gostaria de fazer um alerta, Sr. Presidente, e dizer que as Comissões Parlamentares de Inquérito muitas vezes não dão em nada por culpa nossa, por fraqueza dos Deputados, por falta

de prosseguimento das ações que são solicitadas ao Ministério Público, à justiça, à própria Casa e ao Governo do Estado. E essa CPI do IPSEMG é uma questão fechada. Quero ver se o PT terá coragem de aprovar o veto do Governador. Faça esse desafio. É pena que agora não haja nenhum membro do PT aqui. Faça esse apelo em forma de desafio porque eles foram os que mais lutaram, os que mais bateram nessa tecla. Queremos que as galerias desta Casa estejam superlotadas porque é um projeto que interessa ao funcionário público do Estado de Minas Gerais.

Para concluir, Sr. Presidente, quero dizer à Deputada Elbe Brandão e ao Deputado Márcio Kangussu que a Câmara Municipal de Montes Claros estará promovendo hoje uma importante reunião para analisar a seca verde na região. Seca verde parece até uma incoerência. É que com essa chuvinha a vegetação está verde, mas os efeitos da seca já estão estabelecidos, o êxodo é muito grande, a fome é muito grande, a sede é muito grande, a falta das frentes estão lá para todo mundo ver, e isso já foi tema de uma discussão nossa. Como dizia ao Presidente, Deputado José Braga, é uma pena que a Comissão Especial ainda não tenha sido constituída, porque gostaríamos que esta Casa se fizesse representar hoje em Montes Claros. Estarão lá representantes do Ministério da Agricultura, da CODEVASF, do DNOCS, da SUDENE. Faço até um convite ao Márcio para ir a Montes Claros para que possamos fazer uma discussão mais profunda. Só quem conhece a região, quem andou naquelas localidades mais longínquas pode sentir realmente na pele os efeitos dessa seca, que é terrível e que está tirando a esperança e o sossego daquela gente.

Então, Presidente, se essa Comissão Especial não for constituída, que me designasse para ir lá representando a Assembléia Legislativa de Minas Gerais, fazer um convite aos companheiros e participar ativamente dessa ampla discussão. Assim, teremos subsídios para discutir na Comissão Especial que vai ser formada para ir à região e a Brasília. Ai, sim, poderemos apresentar as nossas sugestões e ajudar um pouco no combate dos efeitos devastadores no Norte de Minas e no vale do Jequitinhonha.

* - Sem revisão do orador.

Sr. Presidente - A Presidência esclarece ao Deputado Carlos Pimenta que designará Comissão Especial que estudará a situação do Norte de Minas, conforme requerimento de V. Exa. aprovado em Plenário. Será designada tão logo as indicações sejam feitas pelos Líderes de bancadas que a comporão, entre essas o PSDB, que o nobre Deputado integra.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 3/3/99, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91; 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97; e as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, e 1.509, de 7/1/98, observadas as estruturas estabelecidas pelas Deliberações da Mesa nºs 1.624, 1.627 e 1.675, de 1999, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Grupo Específico de Apoio às Atividades de Representação Político-Parlamentar da mesma Secretaria:

Gabinete do Deputado Alberto Pinto Coelho

exonerando, a pedido, a partir de 8/3/99, Manoel Conegundes da Silva do cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18 - 8 horas;

exonerando, a partir de 5/3/99, Ricardo Nacif Sader do cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão AL-41 - 4 horas;

nomeando Afonso Arinos de Campos Gandra para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18 - 8 horas;

nomeando Heloísa Angélica Nacif Sader para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão AL-41 - 4 horas.

Gabinete do Deputado Eduardo Hermeto

nomeando Maria Heloísa Cardoso Neves para o cargo de Assistente de Gabinete II, padrão AL-25 - 8 horas.

Gabinete da Deputada Elbe Brandão

exonerando Maria do Rosário Figueiredo do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02 - 8 horas;

exonerando Maurício Antônio de Figueiredo do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15 - 8 horas;

nomeando Bruno Carvalho Picanço para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02 - 8 horas;

nomeando Maria do Rosário Figueiredo para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15 - 8 horas.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91; 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97; e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93; 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos:

exonerando, a partir de 9/3/99, Rita Ferreira Leite Alves do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Atendente de Gabinete I, padrão AL-06 - 8 horas;

nomeando Ana Maria Gonçalves para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10 - 8 horas;

nomeando Carlos Pires de Albuquerque para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10 - 8 horas;

nomeando Celso Borges para o cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13 - 8 horas;

nomeando Firmino Genari Neto para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07 - 8 horas;

nomeando Henriete Buzato Dias para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05 - 8 horas;

nomeando Juarez Martins da Silva para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10 - 8 horas;

nomeando Júnia Regina Anatólio Rohles para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20 - 8 horas;

nomeando Laudemir Alves Ribeiro para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01 - 8 horas;

nomeando Luciana Correa de Queiroz Júnior para o cargo de Atendente de Gabinete I, padrão AL-06 - 8 horas;

nomeando Manoel Conegundes da Silva para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão AL-31 - 8 horas;

nomeando Marco Túlio Oliveira Reis para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01 - 8 horas;

nomeando Maria Aparecida de Jesus para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20 - 8 horas;

nomeando Maria Regina Abreu Faria para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05 - 8 horas;

nomeando Paulo Augusto Martins Salles para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18 - 8 horas;

nomeando Rita Ferreira Leite Alves para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20 - 8 horas;

nomeando Zilda Fátima Ferreira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, AL-01 - 8 horas.

Nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86; 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88; as Deliberações da Mesa nºs 400, de 22/11/89; 434, de 9/4/90; 845, de 11/3/93; 1.189, de 22/2/95; 1.360, de 17/12/96; 1.389, de 6/2/97; 1.418, de 12/3/97; 1.429, de 23/4/97, e 1.522, de 4/3/98; e a Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou o seguinte ato relativo a cargo do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria:

nomeando Maurício Antônio de Figueiredo para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Administrativo, padrão AL-20, código AL-EX-01, com exercício no gabinete da Deputada Elbe Brandão, Presidente da Comissão de Turismo, Indústria e Comércio.

ERRATAS

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 3/3/99, na pág. 27, col. 2, 35º parágrafo, onde se lê:

"Antônio Roberto de Carvalho", leia-se:

"Antônio Winter Roberto de Carvalho".

Na publicação com o mesmo título verificada na edição de 5/3/99, na pág. 15, col. 4, 8º parágrafo, onde se lê:

"Alexsandra Vasconcelos", leia-se:

"Alexsandra Vasconcelos Leitão".

Onde se lê, no 20º parágrafo,

"Rosângela Borges Profeta", leia-se:

"Rosângela Cavalcanti Borges Profeta".

E onde se lê, no 15º parágrafo:

"Maria Aparecida Ferreira da Silva", leia-se:

"Maria Aparecida Ferreira".

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação dos Titulares do IGA, da UEMG, do CETEC e da FAPEMIG

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 6/3/99, na pág. 19, col. 4, acrescentem-se, após "IGA,", na última linha, os termos "à apreciação do parecer do relator".

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação dos Titulares das Seguintes Entidades: Administração de Estádios do Estado de Minas Gerais - ADEMG - e Loteria do Estado de Minas Gerais

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 6/3/99, na pág. 19, col. 4, na última linha, onde se lê:

"Minas Gerais.", leia-se:

"Minas Gerais, e de se apreciar o parecer do relator.".

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação dos Titulares dos Seguintes Órgãos: Fundação Clóvis Salgado - FCS, Fundação Helena Antipoff, Fundação TV Minas - Cultural e Educativa, Fundação João Pinheiro e Fundação Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico - IEPHA

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 6/3/99, na pág. 19, col. 4, na última linha, onde se lê:

"IEPHA.", leia-se:

"IEPHA, e de se apreciar o parecer do relator."

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação dos Titulares das Seguintes Entidades: Fundação Rural Mineira - Colonização e Desenvolvimento Agrário - RURALMINAS - e Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 6/3/99, na pág. 19, col. 4, na última linha, onde se lê:

"IMA.", leia-se:

"IMA, e de se apreciar o parecer do relator."